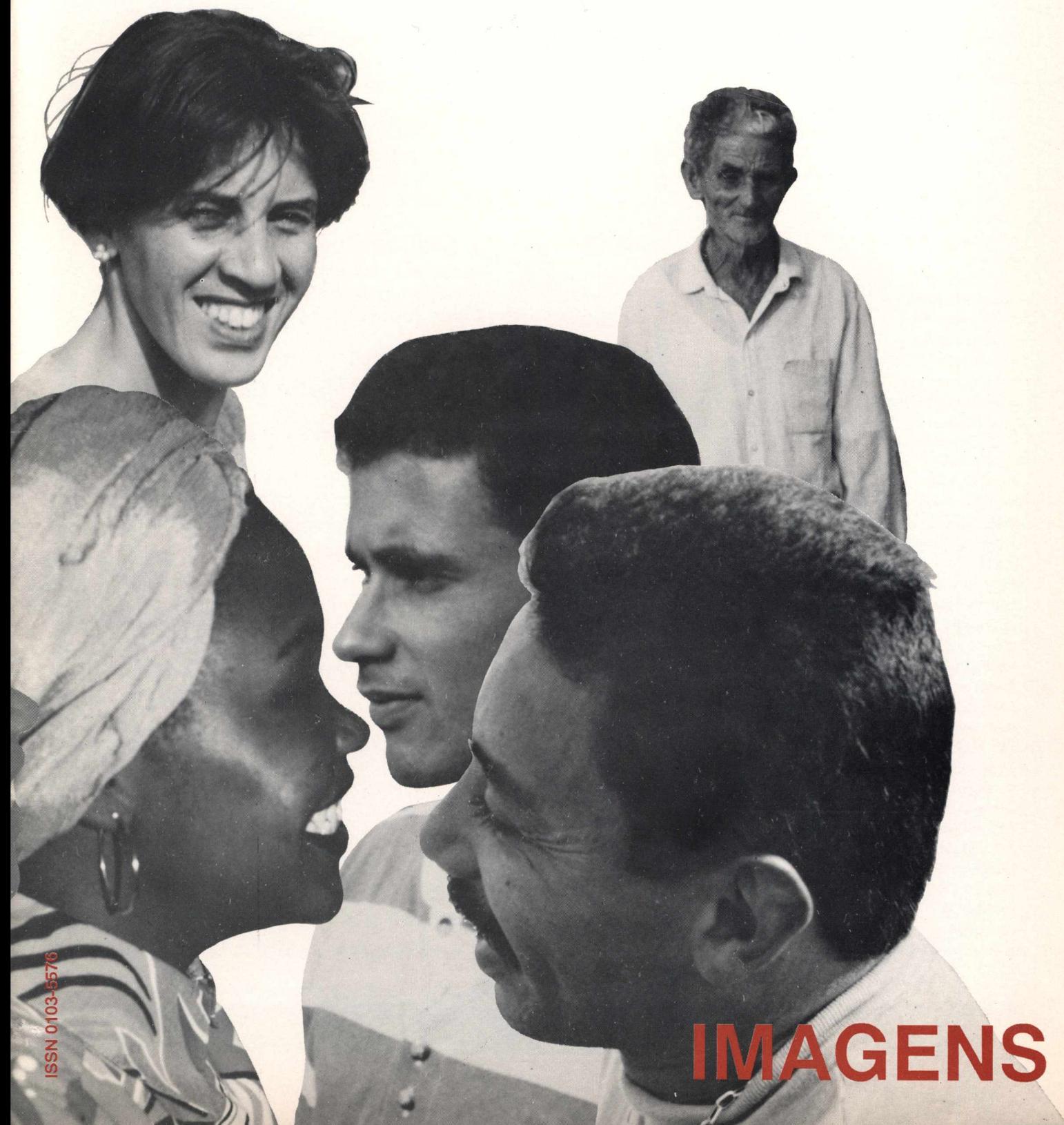


TRAVESSIA

revista do migrante

Publicação do CEM - Ano VI, número 17, setembro / dezembro 93



ISSN 0103-6576

IMAGENS

TRAVESSIA

Revista do Migrante

CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação dos CEMs J. B. Scalabrini)

Publicação quadrimestral, voltada ao estudo e divulgação da realidade do migrante a partir dos diferentes ramos do conhecimento social, político, econômico, educacional, cultural, etc.

DIRETOR:

Sidney da Silva

EDITORA:

Marilda Aparecida Menezes

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

José Domingos Bragheto (MtB 8763)

SECRETARIA DE REDAÇÃO:

Dirceu Cutti

Wanderluce Pessoa Bison

CONSELHO EDITORIAL:

Alfredo José Gonçalves

Carlos B. Vainer

Cláudio Ambrózio

Edgard Malagodi

Ermínia Maricato

Fermino Fechio

Francisco Nunes

Heinz Dieter Heidemann

José Giacomo Baccarin

José Guilherme C. Magnani

José Jorge Gebara

José J. Queiróz

Luiz Bassegio

Marília P. Sposito

Milton Schwantes

Sidnei M. Dornelas

CAPA:

Arte: 2M Criação e Produção Gráfica Ltda

Foto: Pedrão

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA:

Luiz Carlos Garrouba

IMPRESSÃO:

Gráfica e Editora Peres Ltda - Fone:(011)705-1387

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Rua Vasco Pereira, 55 - Liberdade - CEP 01514-030

São Paulo - SP

Telefone: (011) 278.6227 - Fax: (011) 278.2284

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores.

ASSINATURA ANUAL:

CR\$ 350,00

NÚMERO AVULSO:

CR\$ 130,00

EXTERIOR:

US\$ 20,00

(Preços válidos até 31.10.93)

ÍNDICE IMAGENS

5

QUANDO O ESCRAVO VIRA AFRICANO:
Reflexões sobre a construção da noção de estrangeiro no Brasil de finais do século XIX
Lilia Katri Moritz Schwarcz

8

**IMAGENS DE MIGRANTES NA
POESIA DE MÁRIO DE ANDRADE**
Iná Camargo Costa

11

**IMAGENS DO MIGRANTE NA
MÚSICA POPULAR BRASILEIRA**
Celso F. Favaretto

15

MIGRAÇÃO E DISCURSO LITERÁRIO:
Imagens e Representações nos anos 30
Ana Regina Ribeiro Bastos
Helion Póvoa Neto

19

**IMAGENS DO MIGRANTE NORDESTINO
EM SÃO PAULO**
Germano Leóstenes Alves de Sobral

21

**TELEVISÃO, CLASSES POPULARES E
MEDIÇÃO CULTURAL**
Maria Celeste Mira

25

**O MIGRANTE NOS LIVROS DIDÁTICOS
DE GEOGRAFIA**
Denise Rockenbach

27

AS INVENÇÕES DE MIGRANTES
Eduardo M. Ribeiro

IMAGENS DE ONTEM E DE HOJE

Basta ligar o aparelho de televisão, folhear uma revista ou andar pelas ruas da cidade para dar-mo-nos conta da quantidade de imagens que disputam nossos olhares. O marketing avassalador que caracteriza a atual sociedade de consumo vende, antes de tudo, imagens; imagens que fundem e confundem coisas com gente e gente com coisas. Enquanto produtos se revestem das qualidades humanas, os homens esmeram sua imagem revestindo-se de produtos. O que vale é produzir uma trama visual capaz de enredar o consumidor.

Mas, paralelamente a esse jogo de maquiagem que atua a partir de fora e trabalha a exterioridade, a sociedade exculpe, a partir de dentro de si mesma, outras imagens, forjadas no embate das relações sociais, projetando-as na tela do imaginário social.

É na esteira dessas imagens que transita o presente número de *Travessia*.

Cada artigo, com sua autonomia, e a partir de referenciais os mais variados - imprensa, poesia, música, literatura..., - vai traçando como que involuntariamente uma cronologia de imagens da migração e do próprio migrante.

Os anos que antecedem a virada do século XIX, mais precisamente quando da passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, estão em foco na análise da noção de estrangeiro, feita a partir do imigrante negro que, curiosamente, deixa de ser visto como brasileiro e passa a ser encarado como africano.

As primeiras décadas do presente século estão presentes nas imagens que os imigrantes, sobretudo europeus, evocam no poeta Mário de Andrade; inicialmente acalentando o sonho de uma integração harmoniosa, para, em seguida, com o advento de novas levas, provocar a sensação de quem se depara com um "dilúvio de penetras".

O período dos anos 30-40, a chamada "Era Vargas", ganha destaque no estudo dos discursos, em nível oficial e literário, que colocam em causa as migrações nordestinas, as quais, estigmatizadas, comportam imagens que oscilam entre atitudes de aceitação e rejeição.

As décadas de 50-60 são contempladas do ponto de vista da música popular brasileira, a qual traduz em som e versos as imagens que marcam a saga dos retirantes, repleta de ilusões e desilusões.

À migração consolidada de nordestinos em São Paulo, dedica-se um artigo que busca entender o processo de interiorização por parte dos próprios migrantes, de imagens estereotipadas de si mesmos.

O momento atual, marcado por crescente tendência de discriminação, ganha espaço no olhar crítico às abordagens que o livro didático de geografia traz em relação ao migrante.

Partindo de outro veio, o do surgimento da televisão no Brasil, veículo número um na difusão de imagens, a tematização da mediação cultural que se processa entre a produção televisiva e as classes populares.

Por fim, a seção *debate*, provocando concepções que norteiam olhares acerca do universo de camponeses-migrantes temporários do Vale do Jequitinhonha-MG.

Dirceu Cutti

TRAVESSIA

Revista do Migrante
Publicação Quadrimestral do CEM

- Uma revista de estudo, em nosso país, tem vida curta: **Travessia** promete ir longe.
- Uma revista científica, normalmente, tem linguagem técnica; **Travessia** faz a ponte entre o saber acadêmico e o popular.
- Uma revista pode focar vários temas, **Travessia** é monográfica, vários são os enfoques.
- Uma revista específica, restringe seu público; **Travessia** traz temas que podem interessar a muitos.
- Uma revista pode ser lida e descartada; **Travessia** é para ser guardada e consultada.
- Uma revista 'da hora', atrai a curiosidade de todos; **Travessia** pode interessar a você.

ASSINE ESTA PUBLICAÇÃO E ADQUIRA OS NÚMEROS ATRASADOS

Basta escrever ou telefonar para:

- Revista Travessia
- Rua Vasco Pereira, 55
- São Paulo - SP
- 01514-030
- Fone: (011) 278-6227
- Fax : (011) 278-2284

Escolha os números que deseja receber, faça você mesmo as contas e junto ao pedido envie um cheque nominal ao **CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS** no valor correspondente.

Valor da assinatura

- () Ass. válida por 1 ano CR\$ 350,00
- () Ass. válida por 2 anos CR\$ 700,00
- () Ass. válida por 3 anos CR\$ 1.050,00

Valor número avulso: CR\$ 130,00

(Preços válidos até 31/10/93)

Números Publicados

- 01 - Sazonais
- 02 - Cidade
- 03 - Fronteira Agrícola
- 04 - Violência
- 05 - Voto
- 06 - Barragens
- 07 - Cultura
- 08 - Trabalho
- 09 - Família
- 10 - Religião e Religiosidades
- 11 - Estrangeiros
- 12 - Educação
- 13 - Pena de Morte
- 14 - Migrar e Morar
- 15 - Tempo e Espaço
- 16 - Desemprego e Subemprego

QUANDO O ESCRAVO VIRA AFRICANO:

Reflexões sobre a construção da noção de estrangeiro no Brasil de finais do século XIX

Lilia Katri Moritz Schwarcz*

O “estrangeiro”, entre a limiaridade e o contraste⁽¹⁾

Qual o significado do termo **estrangeiro**? Formalmente, estrangeiro é todo aquele que não faz parte da comunidade de cidadãos de determinada nação. No dicionário, é o indivíduo “de nação diferente daquela a que se pertence”. No entanto, longe da definição precisa do léxico, ou do didatismo de certas explicações, **estrangeiro** é antes uma noção em construção, um objeto de barganha e negociação: ser ou não ser estrangeiro faz parte da especificidade da história de cada local. Nem sempre um estrangeiro é considerado como tal por todos, e em todas as situações. Aí está uma definição escorregadia que exige contextualizações mais abrangentes.

O que se pretende neste artigo, portanto, é discutir teoricamente a situação do **estrangeiro**, enquanto personagem que vive uma condição específica de limiaridade e alteridade. Na fronteira entre a aceitação social e a rejeição, o estrangeiro vivencia

a mais pura limiaridade, na medida em que sua inserção social é sempre objeto de barganha e de transformação. Isto é, se por vezes um estrangeiro é visto como um igual entre iguais, já em outros momentos sua condição diversa é inflacionada no sentido de excluí-lo da sociedade que até então o assimilava. Por outro lado, pode-se dizer que a definição primeira do estrangeiro é construída de forma contrastiva. Caracterizado pela oposição que estabelece com os demais membros do grupo, o estrangeiro é o diferente do “nós” comum, aquele que escapa a uma identidade local prévia e constantemente redefinida.

Os exemplos são muitos. Do “judeu, o não judeu”, grupo tão bem definido por Sartre como um caso exemplar de identidade formada por exclusão, ao fenômeno dos ciganos - nômades e estrangeiros em qualquer lugar -, para não falar do estereótipo nacional que cerca os nordestinos, eis que um universo de casos dispersos entre si ganha sentido quando observado em conjunto. Através deles percebemos como se constroem identidades que se afirmam menos enquanto positivities e mais como reações à situações que lhes são adversas e externamente impostas.

Neste artigo, a idéia é tomar um caso e um objeto específicos. Trata-se de analisar a mudança na representação dos negros ocorrida em finais do século XIX no Brasil, quando se nota a existência de um movimento dúbio. Ao mesmo tempo que os escravos perdiam sua antiga condição cativa, eles passavam a ser crescentemente nomeados como estrangeiros e africanos. Ou seja, se até então eram considerados, a despeito da especificidade de sua situação, brasileiros; a partir dos anos 1880 será como habitantes de “um continente bárbaro e selvagem” que os negros aqui residentes serão normalmente definidos. Dessa maneira, a conquista formal da igualdade parecia trazer consigo todo um movimento de redefinições, que recusava

aos negros o acesso à nova nação republicana recém-formada.

Nós a braços com a civilização⁽²⁾

Em finais do século passado os jornais paulistanos foram inundados por uma série de artigos que, em nome de uma ciência evolutiva e determinista, passavam a exaltar a premência da modernização, a urgência da entrada do país na “civilização”. Utilizando-se de um jargão darwinista social, esses ensaios estabeleciam verdadeiras hierarquias raciais, nas quais os brancos apareciam como modelos de civilidade, em oposição a negros, índios e mestiços, que representavam, cada um a sua maneira, estágios diferentes de evolução.

Dessa forma, enquanto os indígenas eram caracterizados como “morosos e pouco apegados ao trabalho”, os negros eram definidos a partir de seus costumes “bárbaros e primitivos”. Comentava o jornal **Correio Paulistano** sobre um africano recém chegado ao país: “É um bello espécime de selvagem perfeitamente negro com uma estatura de seis pés, parece contar com 50 annos. Não dá trabalho, só come um boi inteiro por dia” (3 de dezembro de 1883). Como esse, outros artigos passavam a destacar a especificidade dessas populações e seu afastamento dos estimados padrões ocidentais.

As várias matérias não se limitavam, no entanto, a apenas definir as diferenças existentes entre as várias raças nacionais. Começavam a se deter com cuidado nos modelos de urbanidade por um lado, e nos exemplos de barbárie, por outro. Assim, se periódicos como o **Provincia de São Paulo** elegiam a Europa “o berço da civilização, a morada da sciencia, o nascedouro da modernidade” (8 de janeiro de 1881), por contraste, a África surgia retratada como “o exemplo da barbárie”.



Foto: Pedrão

África: o exemplo da barbárie

A África, “o continente dos negros”, a partir dos anos 1880 transformava-se em tema constante na imprensa local. O enfoque era basicamente o mesmo: enquanto grande parte das qualidades positivas dos negros estaria ligada ao contato com a civilização ocidental, tudo o que havia de pior em seu comportamento estaria vinculado à sua origem primeira: a África.

Esse continente era presença constante em editoriais e notícias, com seus costumes “pitorescos e exóticos”, que revelavam, por sua vez, a “inferioridade e o barbarismo” reinantes. Vejamos o artigo intitulado “Crenças religiosas e africanas”, publicado na **Província de São Paulo** em março de 1885: “Os negros quando passam para a América conservam as suas monstruosas superstições. O nome da seita dos Vandou tem adquirido uma triste imagem em consequência das atrocidades que ella pratica... Em certas ocasiões, e não obstante a maior vigilância de parte das autoridades, elles vão secretamente ao interior das florestas africanas celebrar os seus ritos bárbaros e depois de desregradas orgias alimentadas pela aguardente e pelo sangue humano, realizam a morte de algum participante.” Após a descrição de uma cerimônia de “canibalismo religioso”, o autor finalizava com ironia: “... Os canibaes ébrios de sangue entoaram uma canção misteriosa e concluído o horrível banquete, os Vandou separaram-se satisfeitos com o *rendez-vous*.”

Nesses artigos as práticas africanas eram enumeradas com requintes de mau gosto, ressaltando-se antes de tudo os estereótipos negativos empregados em relação aos negros: a feitiçaria, a violência, a degeneração e a imoralidade. Porém, o perigo maior, como afirma o artigo acima, parecia centrar-se no fato de que esses grupos vinham para o Brasil conservando suas “monstruosas superstições”. Esse é o caso do texto “Uma ceia africana”, que relata a história do explorador Sir Baltre que perdido nas selvas da África deu-se por satisfeito quando avistou um casebre. Havia ali “uma preta velha” que lhe deu de

comer. Eis a cena: “Aterrada a velha tirou uns ovos, quando o inglês avistou pendurados no tecto e enfiados n’uma vara umas cousas pretas que lhe pareciam comestíveis. Apesar dos supplicios da velha, tomou-lhe e acrescentou com elle a fritada. Acabada a succulenta refeição, entrou o dono da choça e disse: - Miserável estrangeiro, devorastez os meus tropheus de guerra! - - Que tropheu? - - Os que alli tinha dependurado no tecto e que eram as orelhas de guerreiros vencidos e mortos!...”

Os artigos combinavam assim um certo tom de suspense, com uma visão jocosa no que se refere aos africanos. Em oposição, o imperialismo europeu, apesar de sempre subjacente, jamais era destacado ou questionado, já que o que estava em questão era a “selvageria do continente negro”, onde os hábitos violentos e os costumes bárbaros pareciam representar o lado inverso do espelho ocidental.

“Os africanos entre nós”

A África era portanto um tema importante e recorrente não só porque objeto da inquietação científica desse momento, mas sobretudo porque informava acerca da própria população negra aqui residente. Nesse contexto, a África aparece quase como sinônimo de barbárie, um qualificativo por si só. Expressões como “um comportamento africano”, “até parece a costa da África”, ou “dois sujeitos brigavam africanamente” revelam de que maneira o tema ganhava significações mais abrangentes.

É também no mesmo período que nas “ocorrências policiais”, os criminosos ou suspeitos negros passam a ser frequentemente descritos como africanos e identificados por seus traços distintivos. “Fugiu o negro africano José, retinto e com sinais de violência nos braços e pernas...” (**Correio Paulistano**, agosto de 1887). Ou então: “foi preso o preto João por suspeita de assassinato. Possui fisionomia de africano” (**Correio Paulistano**, março de 1886). Por outro lado, a introdução da antropologia criminal e das teorias de Cesare Lombroso nos meios acadêmicos e policiais fortalecia a observação dos chamados “estigmas africanos, sinais de

criminalidade e degeneração”: “Foi preso um suspeito negro, africano, apresentando traços físicos e morais lombrosianos, o que justificou de pronto a sua apreensão”. (**Província de S.P.**, novembro de 1888).

Assim, no processo que culminou com a emancipação dos escravos, esses últimos ao mesmo tempo que ganhavam a liberdade jurídica, transformavam-se em cidadãos de segunda categoria, na medida em que inferiores e estrangeiros. Mesmo enquanto estrangeiros, os negros participavam de um grupo ainda mais desqualificado. Isto é, não acumulavam os atributos dos italianos recém-egressos, e muito menos dos asiáticos, sobre os quais recaía outra série de imagens. Não há como esquecer que esta é também a época das inúmeras leis de imigração que, tendo por base critérios raciais, começavam a distinguir a “boa”, da “má” imigração.

Os exemplos acumulam-se a revelam, em seu conjunto, oscilações no nível das representações. De personagem pura, trabalhadora e leal, o “negro de alma branca” transformava-se no estrangeiro de costumes bárbaros, num criminoso real ou potencial, um empecilho à civilização.

Tia Josepha e seus pastéis

É particularmente relevante, nesse sentido, um conto publicado no **Correio Paulistano** logo após a libertação dos escravos, justamente no momento em que boa parte dos editoriais não se cansava de exaltar a emancipação e o recente acesso dos negros à cidadania.

Intitulado “Tia Josepha”, esse conto apareceu em julho de 1888, durante dois dias consecutivos. O leitor que tivesse se detido só na primeira parte do conto teria notado que a história passava de um clima de desconfiança ao de total credibilidade. O leitor seria levado, ainda, a concluir pelos “bons instintos” da preta Josepha e seu companheiro - o africano Manoel Congo -, e a condenar o preconceito vigente naquele local, que fazia com que “criaturas honestas” fossem estigmatizadas. Mas deixemos o próprio texto falar: “Uma preta cozinheira, a africana tia Josepha dos pastéis, sabia fazer e vender sua arte. Fabricava uns pasteizinhos de carne ma-

cios, alourados, apetitosos e vendia-os bem. Tinha certa popularidade na cidade, era parteira e preparava mezinhas... Uma humanitária a tia Josepha. Morava com seu homem, um africano velho pedreiro, o Manoel Congo, em uma casa baixa e fria ao lado do cemitério... A princípio o negócio dos dous não correu bem... A cara da negra, cheia de cortes e cicatrizes cabelludas, desenhando arabescos extravagantes e exquisitos, era um obstáculo repugnante entre as gulodices e pastéis. Um espantallo de crianças respeitado e temido: A FEITICEIRA... A pasteleira devorava as crianças com os olhinhos de gata, e lá se ia maneando as ancas de africana... Um dia, um cidadão menos supersticioso, um atheu, comprou alguns pastéis, achou-os deliciosos e a carne tenra e de sabor esquisito. Começaram a ter extração os pastéis da Tia Josepha. Um facto concorreu para a população desfeitiçar a velha. Livrou a Marocas, mulher de Juca o sapateiro, de uma febre maligna... e desde alhi veio a sua grande popularidade". (Fim da 1a. parte, 27 de julho de 1888).



Foto: Arquivo CEM

Assim, apesar de exóticos, africanos e diferentes os negros começavam a ser assimilados pela comunidade, inclusive com ganhos. No entanto, no dia 28 de julho a história mudava repentinamente de rumo. A cidade já confiava na africanatia Josepha, mas... em estrangeiros como esses não se podia confiar cegamente. É assim que o conto segue narrando a doença de Nini - filha de D. Eulália, mulher do tabelião Freitas. Tia Josepha intervem mas não consegue salvar a pobre criança, que acaba sendo enterrada no cemitério local, com os préstimos de Manoel Congo. Após o triste episódio, a mãe, desconsolada, continuou a receber a visita de Josepha, que lhe trazia seus pasteizinhos de coelho. Por ocasião do assentamento da pedra, D. Eulália convenceu o marido a voltarem ao cemitério pela última vez. Ao levantar o tampo do caixão, porém, perceberam a existência de apenas alguns ossos polidos e "nada da Nini".

O acontecimento convulsionou a cidade e a polícia cercou o casarão de Josepha. O povo invadiu a casa e descobriu pequenos artelhos e ossos de criança. Passemos ao relato: "A africana Josepha, sentindo-se perdida, ria... A notícia voou pela cidade e chegou a Eulália, que sentiu um nojo imenso... Tinha comido a sua filha em pastéis".

É fácil perceber como um só conto tem a capacidade de aglutinar uma série de imagens dispersas. A feitiçaria africana, o caráter traiçoeiro dessas populações, a barbárie dos costumes. O texto é ainda mais explícito na medida em que sua divisão em duas partes revela contradições próprias da época. De um lado, a tentativa de assimilação desses estrangeiros enquanto iguais; de outro, a necessária exclusão. Da aceitação à confirmação

do preconceito que se transformava - com a colaboração das teorias científicas deterministas - em verdade insofismável.

De desgraça à fortuna. O estrangeiro é "produto nacional".

Por meio dos exemplos acima é possível perceber a oscilação do conceito de estrangeiro/africano, e seu uso estratégico em finais do século passado. Enquanto "cativo fiel", o africano era transformado em brasileiro, batizado e recebido como tal. No entanto, com sua emancipação e a vigência de teorias raciais, que insistiam na colaboração dispar das raças, o negro é novamente reconduzido à situação de estrangeiro e estigmatizado enquanto tal.

O que se percebe, portanto, é como o conceito em si é destituído de significado, na medida em que seu sentido é contextual. É só dessa maneira que poderemos compreender como, nos anos 30, a fábula das três raças é transformada por Gilberto Freyre em sinal de fortuna e singularidade nacional e como, até hoje, os elementos africanos incorporados em nossa cultura são considerados "genuinamente nacionais". Estamos falando dos blocos afro, das religiões africanas e de vários outros elementos de exportação.

Resta concluir que, assim como ninguém é sempre e em qualquer lugar um estrangeiro, muitas vezes nos sentimos estrangeiros em nosso próprio país. Mas esses já são - como se diz - outros e velhos carnavais.⁽³⁾

* Lilia K. M. Schwarcz é Profa. do Dpto. de Antropologia da Universidade de São Paulo.

NOTAS

(1) Os documentos aqui apresentados foram em grande parte retirados do livro *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*, de minha autoria, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

(2) Para facilitar a leitura, introduzimos os documentos do século XIX em itálico.

(3) Para um aprofundamento do tema vide *Negros estrangeiros*, Cunha, Manuela Carneiro da. São Paulo, Brasiliense, 1985; *Homens de Ciência e a raça dos homens*, Schwarcz, Lilia K. M. tese de doutorado, 1992, USP; *Preto no branco*, Skidmore, Thomas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976; *Estilo tropical*, Ventura, Roberto. São Paulo, Cia das Letras, 1991.

IMAGENS DE MIGRANTES NA POESIA DE MÁRIO DE ANDRADE

Iná Camargo Costa*

Quando pensamos nos projetos dos modernistas brasileiros para a poesia, normalmente nos ocorrem aqueles aspectos mais técnicos de sua luta contra o conservadorismo literário. Assim, são referidos os propósitos de romper com as formas fixas (soneto, rimas em final de verso, versos metrificados, estrofes segundo códigos muito determinados, etc.) e, um pouco mais genericamente, a intenção de afrontar os critérios consagrados de bom gosto.

Os conservadores eram identificados pelos modernistas como os parnasianos: Olavo Bilac, que morrera em 1919 mas continuava - e continua - vivo na sensibilidade poética brasileira. Martins Fontes e outros nomes menos conhecidos hoje. Mas certamente o conservadorismo em poesia ultrapassava em muito esse grupo de poetas. Há um ponto, por assim dizer de honra, que une todos os conservadores, parnasianos ou não: a luta pela correção da língua. Isto é: nenhum deles admite em literatura o que chamam erros e ficam doentes sempre que se deparam com os chamados barbarismos, palavrão que designa diferentes tipos de vícios de linguagem, como pronúncia, grafia ou significação incorretas. Mas se nos detivermos sobre o significado original de *bárbaro*, palavra grega da qual deriva barbarismo, veremos que esta contém idéias que as gramáticas nem sempre explicitam.

Os gregos (e depois os romanos) designavam os estrangeiros como bárbaros e com isso queriam dizer que estes *não sabiam* falar nem escrever grego e, por consequência, não conheciam a cultura e a civilização grega, o que equivalia a dizer: eram incultos, incivilizados. Tudo isso quer dizer bárbaro. Ficava naturalmente subentendido que qualquer que fosse a língua e a cultura desses povos tratava-se, por

definição, de não-língua, incultura, etc...

Incorporando essa informação ao conceito de barbarismo, veremos que esta palavra, por sua simples existência, ao mesmo tempo que dá nome a um fenômeno da língua (falar ou escrever *errado*), já aponta a sua *causa*: esses são os erros praticados por bárbaros, isto é, por estrangeiros. E por esse critério pode-se perceber que a preocupação dos conservadores, também chamados *puristas*, tem claras conotações políticas. Ela é *nacionalista*, porque a "pureza" da língua, a ser defendida contra as "invasões dos bárbaros", seria, na opinião deles, um fator de "unidade nacional". Além disso, é *classista*, porque o padrão a partir do qual se determina o que é certo ou errado é a língua falada e escrita pela camada *culta* da *classe dominante* - afirmação redundante, já que no Brasil o acesso à cultura letrada (também chamada erudita) sempre foi um

privilégio: basta pensar nos elevados índices de analfabetismo ainda hoje registrados no país.

Contra os puristas, muitos poetas modernos em todo o mundo escreveram a favor de uma espécie de modernização da língua literária que passaria principalmente pela incorporação dos chamados "erros". Maiakóvski, o grande poeta russo, dizia que o poeta devia incorporar a seu repertório a *fala*, o modo de falar do povo nas ruas. Em mais de um poema, refere-se ao povo como "o inventa-línguas". E aqui no Brasil Manuel Bandeira escreveu os seguintes versos em *Poética*:

"Estou farto do lirismo comedido
Do lirismo bem comportado
Do lirismo funcionário público com livro
de ponto expediente protocolo e manifesta-
ções de apreço ao Sr. diretor
Estou farto do lirismo que pára e vai
averiguar no dicionário ao cunho vernácu-



Foto: Arquivo da Igreja N. S. da Paz - Glicério/SP

lo de um vocábulo
Abaixo os puristas
Todas as palavras sobretudo os barbarismos universais
Todas as construções sobretudo as sintaxes de exceção
Todos os ritmos sobretudo os inumeráveis (...)
- Não quero mais saber do lirismo que não é libertação”.

O poema foi publicado em 1930 num livro chamado *Libertinagem*. Mas apesar desta declaração de intenções o poeta permaneceu fiel à norma culta.

Diferentemente do amigo, no início dos anos vinte Mário de Andrade acreditava na possibilidade da língua falada no Brasil se tornar independente da portuguesa. Por conta disso, adotou o procedimento recomendado por Maiakóvski: escrever de acordo com a língua falada, sem se preocupar com as regras gramaticais (portuguesas) vigentes. Vivendo numa cidade como São Paulo, impensável sem os imigrantes que a construíram, não seria de admirar que os sons, palavras e expressões por ele ouvidos nas ruas da cidade acabassem aparecendo na sua poesia.

Aqui cabe um esclarecimento: é preciso

lembrar que no gênero lírico o poeta é muito mais exigente com as palavras que usa do que nos demais gêneros literários. É como se, de alguma forma, o poeta estivesse correndo risco de vida a cada palavra que escreve. Assim, quando um poema apresenta uma variedade muito grande de línguas, o mínimo que se pode dizer é que o poeta incorporou tudo a seu repertório pessoal.

Nos anos 20, quando Mário de Andrade começou a escrever poesia moderna, São Paulo era uma cidade que mostrava em sua paisagem imigrantes de diversas nacionalidades, principalmente italianos. E Mário usava suas palavras e expressões em sua poesia. Por outro lado, a cidade integrava-se aceleradamente ao mundo industrializado, de modo que também estavam no ar as línguas inglesa e francesa. A primeira sobretudo nas relações econômicas e a segunda como índice de “cultura erudita”. Com essas informações, mesmo sumárias, é possível decodificar tanto o emprego simpático quanto o crítico de expressões em línguas estrangeiras nos poemas do livro *Paulicéia Desvairada*, publicado em 1922.

No poema *Rua de São Bento* encontramos: “Mas a desilusão dos sombrais amourosos/ põe *majoration temporaire*, 100%!.../Minha loucura, acalma-te!/ Veste o *water-proof* dos também!”.

Junto com a novidade das capas de chuva impermeáveis do ingleses (*water-proof*), chega a lição dos aumentos de preço em porcentagem, também em inglês. É o mundo dos negócios modernos.

Em francês, aprendemos a ser hipócritas, designando prostíbulo por *rendez-vous*, como em *Tristura*: “Nunca nos encontramos.../ Mas há *rendez-vous* no *Armenonville*”. Já o italiano aparece em cenas da vida cotidiana, descrevendo relações de amizade, momentos de lazer e relações amorosas. São cenas em que o poeta se coloca numa situação de igualdade e camaradagem. Em *A escalada* a cena transcorre na bilheteria do cinema: “(Há fita de série no Colombo./ ‘O empurrão na escuridão’. Fita Nacional./ - Adeus lírios do Cubatão para os que andam sozinhos!/ (*Sono tre tustune per i ragazzini*).” Em *Tietê*, rapazes estão nadando no Clube Espéria e travam o seguinte diálogo bilingue: “- Nadador! vamos partir pela via dum Mato Grosso?! -Io! Mai... (mais dez braçadas./ Quina Migone. Hat stores. Meia de sede./ Vado a pranzare com la Ruth.”

Mário de Andrade expôs o seu sonho de que São Paulo podia ser uma amável cidade babilônica onde todos os povos e todas as línguas pudessem conviver alegremente no poema já citado, *Rua de São Bento*: “‘Can you dance the tarantella?’ - ‘ach! ja.’/ São as califórnia duma vida milionária/ numa cidade arlequinal.” Aqui, a dança é italiana, o convite para dançar é feito em inglês e a resposta afirmativa é dada em alemão.

Se neste início dos anos vinte o poeta podia escrever tais poemas sem falsear a realidade, era porque ele mantinha seus olhos voltados para a vida do povo. Ele sabia, por outro lado, que fazendo estes registros desagradava profundamente os puristas, da mesma forma que conhecia de perto



Foto: Arquivo da Igreja N. S. da Paz - Glicério/SP

os preconceitos da classe dominante (dos donos da vida, como mais tarde ele passou a dizer e a escrever) contra os pobres locais e estrangeiros. E foi testemunha da sanha com que nos anos vinte os donos da vida mandaram perseguir, expulsar, exilar e matar milhares de imigrantes, principalmente os politizados (anarquistas, socialistas, comunistas). Assim, como registro muito consciente do papel desempenhado pela polícia e pelo exército na manutenção da ordem injusta que os trabalhadores (imigrantes à frente) combatiam, publicou o seguinte poema no livro *Losango cáqui*, de 1926: “Mário de Andrade, intransigente pacifista, internacionalista amador, comunica aos camaradas que bem contravontade, apesar da simpatia dele por todos os homens da Terra, dos seus ideais de confraternização universal, é atualmente soldado da República, defensor interino do Brasil./ E março tempestuoso noturno./ Minha alma cidade das greves sangrentas.”

No poema *Improvisado do Mal da América*, publicado em 1930 no livro *Remate de males*, já não são mais possíveis aquelas cenas de *Paulicéia Desvairada*. E aquela amigável Babel linguística se transformou num sonho remoto:

“Lá fora o corpo de São Paulo escorre
vida ao guampaço dos arranha-céus,
E dança na ambição compacta de
dilúvios de penetras.
Vão chegando os italianos didáticos e
nobres;
Vai chegando a falação barbuda de
Unamuno
Emigrada pro quarto-de-hóspedes
acolhedor da Sulamérica;
Bateladas de húngaros, búlgaros, russos
se despejam na cidade...
Trazem vodca no sapiquá de veludo,
Detestam caninha, detestam mandioca e
pimenta,
Não dançam maxixe, nem dançam
catira, nem sabem amar suspirado.
(...) Mas eu não posso não me sentir
negro nem vermelho!
De certo que essas cores também tecem
minha roupa arlequinal,
Mas eu não me sinto negro, mas eu não
me sinto vermelho,
Me sinto só branco, relumeando carida-

de e acolhimento, purificado na revolta
contra os brancos, as pátrias, as guerras,
as posses, as preguiças e ignorâncias!

Me sinto só branco agora, sem ar neste
ar-livre da América!

Me sinto só branco, só branco em minha
alma crivada de raças!”

Aqui Mário surpreende a mais estúpida
contradição do sentimento, ou da ilusão,
de superioridade do “branco” na América
Latina: o sentir-se branco tendo uma
alma crivada de raças (sem falar na opera-
ção crítica que consiste em virar no avesso
a conhecida e sórdida expressão racista
“negro de alma branca”). À parte isso,
registra comportamentos inimagináveis
em *Paulicéia desvairada*: de um lado,
imigrantes torcendo o nariz para hábitos
locais (detestam caninha, pimenta) e, de
outro, o “sentimento nacional” denunciando
o “barbarismo” dos estrangeiros
(não sabem dançar maxixe ou catira).
Uma vez que a paisagem (nova) dos arranha-
céus agora é inundada por uma “ambi-
ção compacta de dilúvios de penetras”,
é de se supor que os imigrantes de agora
não são do mesmo tipo dos que até o início
dos anos 20 integravam alegremente a
paisagem paulista. Italianos agora são
“didáticos e nobres”, espanhóis trazem a
“falação barbuda de Unamuno”, e os que
trazem vodca e detestam caninha nem
sequer se mostram dispostos a se integrar.
Alguma coisa de muito grave aconteceu no
mundo e em São Paulo, que levou o poeta
a abandonar o sonho de uma paulicéia
camarada e a se perguntar que fim levaram
os sonhos e as imagens daqueles tempos,
no poema *Dor*, o último da série *Grã Cão
do Outubro*, do livro *A costela do Grã
Cão*, publicado em 1941 no volume *Poesias*:

“E agora apontai-me janelas do
Martinelli,
Calçadas, ruas, ruas, ladeiras rodantes,
viadutos,
Onde estão os judeus de consciência
lívida?
Os tortuosos japoneses que flertam São
Paulo?
Os ágeis brasileiros do nordeste? os
coloridos?
Onde estão os coloridos italianos? onde
estão os turcomanos?”

O poeta não acredita mais ser possível
incorporar à língua literária no Brasil
“todas as palavras sobretudo os barbaris-
mos universais” - aliás, nem acredita mais
na possibilidade de uma “língua brasilei-
ra”. Pouco a pouco os sonhos grandes e
pequenos foram transformados em menti-
ras ou pesadelos. Mas resta a ironia do
Lundu do escritor difícil, publicado no
mesmo *A costela do Grã Cão*, onde Mário
de Andrade se ri da opinião dos homens
cultos reafirmando sua aposta na herança
da cultura preservada pelo povo em pala-
vras e formas poéticas que os puristas
desconhecem:

“Eu sou um escritor difícil
Que a muita gente enquizila,
Porém essa culpa é fácil
De se acabar duma vez:
É só tirar a cortina
Que entra luz nessa escureza.

Cortina de brim caipora,
Com teia caranguejeira
E enfeite ruim de caipira,
Fale fala brasileira
Que você enxerga bonito
Tanta luz nesta capoeira
Tal e qual numa gupiara.

Misturo tudo num saco,
Mas gaúcho maranhense
Que pára no Mato Grosso,
Bate esse angu de carço
Ver sopa de caruru;
A vida é mesmo um buraco,
Bobo é quem não é tatu!

Eu sou um escritor difícil,
Porém culpa de quem é!...
Todo difícil é fácil,
Abasta a gente saber.
Bajé, puxé, chué, oh “xavié”,
De tão fácil virou fósfil,
O difícil é aprender!

Virtude de urubutinga
De enxergar tudo de longe!
Não carece vestir tanga
Pra penetrar meu caçanje!
Você sabe o francês “singe”
Mas não sabe o que é guarjiba?
- Pois é macaco, seu mano,
Que só sabe o que é da estranja.”

* Iná Camargo Costa é Professora de Teoria
Literária na FFLCH-USP.

IMAGENS DO MIGRANTE NA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA

Celso F. Favaretto*

Da conhecida canção de Dorival Caymmi, "Peguei um Ita no Norte", que se tornou emblemática; à pouco conhecida "No Dia em que eu vim-me embora", de Caetano Veloso, a saga dos nordestinos que vêm para o Sul, acreditando "na fama e no dinheiro para ser feliz"(1), atravessa a música popular brasileira das décadas de 50 e 60 compondo um imaginário de exílio e saudade, de esperança e decepção. Incidindo, especialmente, na vida do homem simples e pobre, marcado pela seca e miséria, sem futuro na terra que tanto ama, o tema do retirante comparece nas músicas com uma força semelhante (embora justificada por outros aspectos da análise social) ao deslocamento, na década de 30, de escritores e artistas do Norte/Nordeste, Bahia e Minas para o Rio. Analisando o acontecimento, bradou um crítico da época: "são os do Norte que vêm", como valorizando a interferência e as mudanças de registro que provocavam na literatura.

As conções do período em destaque desdobram um imaginário vinculado simultaneamente a uma mitologia de origem (concepção edênica da "terra", votada à felicidade) e a uma utopia de progresso (o Sul apontando o futuro, como resolução de problemas imediatos e das condições de possibilidade de volta ao Norte). *Norte* e *Sul* são substancializados; são metáforas de pobreza e riqueza, imagens de atraso e progresso, articulando sempre a decisão de *ir* e o anelo de *voltar*. Entre a ilusão e a desilusão, imagens recorrentes na maioria das músicas, o Sul aparece como o lugar do trabalho e da espera, do lamento e da saudade: "Hoje longe muitas léguas/ Numa triste solidão/ Espero a chuva cair de novo/ Pra mim vortá pro meu sertão"(2).

Entretanto, ainda que esse imaginário seja muito cristalizado, há diferenças e ambiguidades que modalizam o tema da ida e da volta, pois ora as músicas reme-

tem-se a uma mitologia coletiva, ora procedem de mitologizações individuais(3). As-

sim, embora esquematicamente, pode-se classificar as canções em três tipos, que

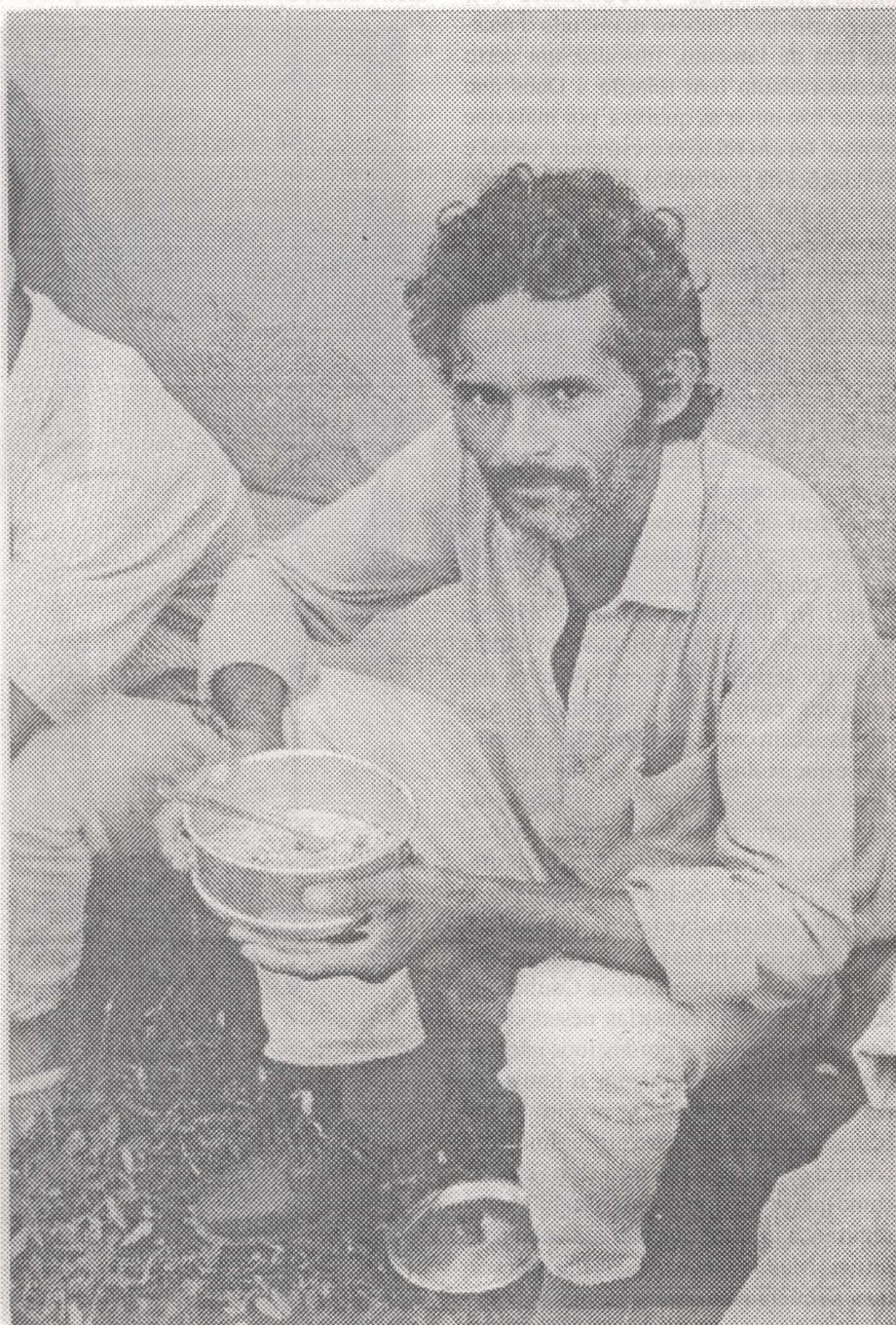


Foto: Pedrião

não são rigorosamente estanques: canções saudosistas, de lirismo ingênuo e fundo edênico; canções politizadas, líricas e esquemáticas na forma do "protesto"; canções afirmativas, em que a migração é efeito de decisão irreversível.

Enquanto o primeiro tipo opõe simplesmente o Norte (pintado como terra de abundância, autenticidade pessoal, bondade e feicidade espontânea, contanto que chova) ao Sul, como lugar de sofrimento e trabalho, de "vivê ou morrer"(4), o segundo tipo, embora mantendo o mesmo tom de lamento, introduz um certo inconformismo (em relação a Deus que parece não ouvir as queixas, por mais que se reze, ou em relação à estrutura social e às relações de produção). Já as canções do terceiro tipo não procedem por simples oposição das virtudes e maldades de Norte e Sul; visam ao futuro de modo indeterminado, mantendo a referência ao passado na clave de um tempo completo, mas sem idealizações como ocorre nas anteriores. Se nas canções do primeiro e segundo tipos a vinda para o Sul é forçada, compulsória e não desejada, nas do terceiro ela é deliberada.

O ideal da volta comanda as canções saudosistas: "Quem sai da terra natal/ Em outros campos não pára/ Só deixo meu Cariri/ No último pau-de-arara"(5). No Sul, exilado, tudo estranhando, só a idéia de volta serve de consolo. Através das relações com os conterrâneos, que permanecem como as referências afetivas quase que exclusivas, pelas cartas e notícias do Norte, que correm incessantemente entre os agrupamentos, o que é efetivamente vivido está marejado dos comportamentos e valores dos lugares de origem. E se a volta é retardada e mesmo impossível, ela é abrandada pelos retornos periódicos, para as festas coletivas anuais. Conhecem-se as verdadeiras romarias nestas ocasiões, para as quais os nordestinos não medem esforços; economizam o ano todo, deixando os empregos se preciso. Também se conhece um outro procedimento: a compra de terrenos, na roça ou na cidade, como que prefigurando uma estabilidade e segurança mínimas no caso da volta definitiva. Mas é preciso também acentuar que, paralelamente ao imaginário da vol-

ta, outro se impõe: o da vivência e das possibilidades da cidade grande, o apelo do consumo, das facilidades (ainda que precárias) de educação e saúde, do futuro para os filhos. Só uma coisa permanece imutável e de difícil assimilação: a força da cultura de origem, mesmo quando edulcorada por emblemas de consumo e modernidade. Lembrar, rememorar é, então, não um simples passatempo, ou apego ao passado, mas o modo de estabilizar a afetividade; de manter a unidade pessoal,

familiar e social; de fugir à fragmentação para não sucumbir à saudade, à loucura, à despersonalização.

Assim, uma primeira ambiguidade se impõe: lembrar é sempre preciso, mas é melhor ficar (como foi melhor partir) para não "ver tudo piorar"(6). Ou seja, se o Norte permanece a referência da unidade, ficar no Sul é também uma proteção contra a imutabilidade das condições de vida do Norte. Por isso, geralmente quando retornam ao Norte, pretendendo ficar, logo



Foto: Pedrão

voltam, para tentar de novo.

As músicas politizadas manifestam, ao mesmo tempo, a saudade dos lugares de origem e os imperativos da participação, típicos dos anos 60. Provenientes de cantadores nordestinos ou de artistas articulados aos projetos culturais que faziam a crítica da dominação (do coronelismo, do imperialismo, do capitalismo) e, depois de 64, do Regime Militar, incidiam, nos temas, nos ritmos e melodias, nos processos de “conscientização” e de “protesto”. Embora procedendo também idealização, seus objetivos eram didáticos: ensinar, esclarecer e mobilizar. A maior parte delas nasceu no interior dos movimentos (artísticos, da Igreja Católica, educacionais) instrumentados politicamente. Mesmo quando frutos do lirismo individualizado, ou dos cantadores, foram apropriados por projetos (como o dos Centros Populares de Cultura - CPC - da UNE; os de teatro, como nos shows “Opinião”(1965), “Arena conta Zumbi”, “Arena conta Bahia”); pelo cinema de Glauber Rocha e outros (inclusive pelos Festivais de Música Popular), que visavam a uma crítica dos sistemas de poder montando alegorias revolucionárias.

Embora as mensagens políticas traduzidas nas músicas fossem bombásticas, levantando as platéias (geralmente de intelectuais, estudantes e público variado das classes médias), seu efeito era mais emotivo que politicamente instaurador de práticas. Serviram, entretanto, na ocasião, para manter um fervor e entusiasmo na explicitação da miséria e injustiça reinantes. Serviram, por sua atitude “contra” para mobilizar corações e mentes na indignação. Canções como “Sina de Caboclo” (João do Vale, 1964) e “Borandá” (Edu Lobo, 1966) são típicas: ainda que melancólicas, indicam decisão, tomada de posição. João do Vale, músico nordestino que se tornou conhecido com a famosa “Carcará”, cantada por Nara Leão e Maria Bethânia no show “Opinião”, - música que foi um dos emblemas maiores da luta contra o golpe de 64 e tudo o que representou de dominação, repressão e conservadorismo -, é descritiva e incisiva: “Eu sou um pobre caboclo/ Ganho a vida na enxada/ O que eu colho é dividido/ Com

quem não plantô nada. Se assim continuá/ Vou deixar o meu sertão/ Mesmo os olhos cheios d’água/ E com dor no coração. Vou pro Rio carregá massa/ Pros pedreiro em construção.(...) *Mas plantá pra dividi/ Não faço mais isso não*”. Este refrão, como o de “Carcará” (“Pega, mata e come”) e o de “Opinião”, de Zé Ketí (“Podem me prender/ Podem me bater/ Podem até deixar-me sem comer/ Que eu não mudo de opinião”), virou símbolo de mensagem participativa. Em cada um desses refrões ouve-se a voz do dominado que se revolta, na voz do artista que fala em nome dos que não têm voz. Na ocasião, este procedimento didático repercutiu e foi contundente, apesar de toda a crítica que se possa fazer ao seu conteúdo ideológico simplista.

Na música citada de Edu Lobo percebe-se um nível de ambiguidade já bastante nítido, certamente devido à proveniência do artista (instruído, da classe média da zona sul do Rio). O protesto não é direto, visando a instrumentar revolta; é subliminar: vamos embora, andar, “que a terra já secou/ que a chuva não chegou” e “meu Deus não ouve, não”. É um lamento, assim refoçado: “Vou-me embora, vou chorando/ Vou me lembrando/ do meu lugar”. Mas: “Quanto mais eu vou pra longe/ Mais eu penso sem parar/ *Que é melhor partir lembrando/ Que ver tudo piorar*”. A lembrança não implica necessariamente saudade: parte-se porque a situação é irremediável, só tende a piorar. O protesto insinua-se dramaticamente, na alusão ao estado estagnatório do Norte (do Brasil, alegoricamente). Disso advém a ambiguidade; partir não é, necessariamente, um mal: é decisão proveniente de análise da situação; a contrapartida da dor de partir é a dor de ficar presenciando a desgraça. Ao consentimento destrutivo na dor de ficar opõe-se a força da vida: partir. Esta abertura para o futuro, ainda melancólica, desemboca no elogio da mudança pelo correr “no meio do mundo” na música “Ponteio”, feita com Capinam, e ganhadora do III Festival de MPB da TV Record em 1967. Nela, embora o tema não seja o do retirante, mas o da eficácia do canto em meio à “violência” e à “morte” se diz: “Parado no meio do mundo/ *Senti chegar meu momento/ Olhei pro mundo e*

nem via/ Nem sombra, nem sol, nem vento”. Daí surge a esperança de mudança: “Certo dia que sei por inteiro/ Eu espero não vá demorar/ Esse dia estou certo que vem/ Digo logo o que vim pra buscar”. Alegoricamente, a decisão de partir abre a possibilidade da transformação, elidindo a dor através do combate.

A ambiguidade assinalada, que matiza a mitologia da volta, na verdade já se manifestava no Caymmi de “Peguei um Ita no Norte”, mesmo em “Saudade da Bahia”. Nos versos: “Vendi meus troços que eu tinha/ O resto eu dei pra guardar/ Talvez eu volte pro ano/ Talvez eu fique por lá”, flagram-se dois índices de relativização desse mito: o óvio *talvez* e o modo da enunciação. Caymmi duvida da volta mesmo antes de ir. Depois, mudando o tempo verbal, reitera o que estava implícito na dúvida: “Tou há bem tempo no Rio/ Nunca mais voltei por lá/ Pro mês inteiro é dez anos/ Adeus Belém do Pará”. A música é puramente descritiva, não constrói estados de alma, não há saudade nela; é anti-ilusionista. Em “Saudade da Bahia”, embora o tema seja a saudade e um certo lamento, - pois “se escutasse o que mamãe dizia” não teria partido, não teria saudade da Bahia, e embora diga que “pobre de quem acredita/ na fama e no dinheiro para ser feliz” (entenda-se, o que se procura no Sul) -, ele observa: “a gente faz o que o coração dita”; isto é, “esse mundo é feito de maldade e ilusão”, mas a gente faz o que é imperioso, o que é ditado pelo desejo. E aí, nem a saudade tem poder; pode-se apenas “desabafar”, transformar o sofrimento representando-o na linguagem e no canto. Em Caymmi é bem claro que não há nunca volta: parte-se por decisão, por imposição de construir a vida para além da melancolia. Com seu lirismo descritivo Caymmi é tranquilo e feliz num presente contínuo

Em “Triste Partida” há também um índice interessante: falando do “nortista, tão forte, tão bravo”, observa que dá pena vê-lo “*vivê como escravo/ No Norte e no Su*”. Faz, na música, um inventário das desgraças do Norte e da dor de partir; mas também da vida em São Paulo onde “Trabaiá dois ano/ Três ano e mais ano/ E sempre nos pranos/ De um dia voltá. Mas

nunca elê pode, só vive devendo/ e assim vai sofrendo/ A sofrê sem pará''(...) O tempo rolando, vai dia, vem dia/ E aquela famia/ Não volta mais não''. A desilusão acaba em desistência; pois tanto faz no Sul como no Norte, é tudo igual. O mito da volta é destruído pelo princípio de realidade. E, na famosa "Paraíba" (Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, 1962) a partida é deliberada e sem dramas, como fica indiciado no "vim'embora": "Quando a lama virou pedra/ E mandacaru secou/ Quando ribaçã de sede/ Bateu asas e vuou/ Eu entonce vim'embora/ Carregando minha dor". A ausência de drama é reiterada quando diz que "meu bodoque num quebrou" e que hoje apenas manda "um abraço/ Pra ti pequenina/ Paraíba masculina/ muié macho, sim senhor".

É no Tropicalismo dos anos 1967/68 que as ambiguidades rastreadas se radicalizam, configurando em sua plenitude o terceiro tipo de canções que tratam da partida para o Sul. O tema é explorado sem recurso a nostalgias, melancolia e depressão. São músicas afirmativas; incidem sobre o presente, abertas para um futuro imponderável e que tomam o passado, o Norte, a Bahia, como fonte de valor incontestável, pois deu a seus filhos "régua e compasso" (Gilberto Gil, "Aquele Abraço"). Mas: "adeus, meu bem, eu não vou mais voltar" (Caetano Veloso, "Quem me dera"). Há mudança radical no tema da volta e no registro das canções, agora acolhendo a modernização (social, política, cultural, artística) como positividade e desafio. Longe dos versos e acordes saudosistas, o que nelas se vê é a coragem de viver o heterogêneo, o mutável; sem ideais fixados, só com perspectivas.

Embora a Bahia esteja presente em muitas das canções do Grupo Tropicalista (Caetano, Gil, Torquato Neto, Capinam, Tom Zé), numa delas o tema do migrante está tratado de modo exemplar: "No dia que eu vim-me embora", de Caetano e Gil (1968). Nesta música, o rigor de linguagem produz imagens precisas, compondo o imaginário da partida fincado numa mitologia privada de rara argúcia e, pela primeira vez na música popular, pensando a partida como ruptura, sem qualquer referência ao que deixava. É verdade que

tem muito de similar a "Peguei um Ita no Norte", mas é mais complexa, radical e cruel, pois nela o sentimento está objetivado. Vale a pena transcrevê-la na íntegra para se acentuar a sua eficácia crítica:

"No dia em que eu vim-me embora
minha mãe chorava em ai
minha irmã chorava em ui
e eu nem olhava pra trás.
No dia em que eu vim-me embora
não teve nada de mais.
Mala de couro forrada
com pano forte, brim cáqui.
Minha avó já quase morta
minha mãe até a porta
minha irmã até a rua
e até o porto meu pai.
O qual não disse palavra
durante todo o caminho.
E quando me vi sozinho
vi que não entendia nada
nem de pro que eu ia indo
nem dos sonhos que eu sonhava.
Senti apenas que a mala
de couro que eu carregava
embora estando forrada
fedia
cheirava mal.
A fora isto ia indo
atravessando seguindo
nem chorando nem sorrindo
sozinho pra capital".

Desde o primeiro verso acentua-se o ato voluntário ("vim-me embora"), indiciando escolha e determinação; a saudade não se impõe: a partida "não teve nada de mais". Diferentemente das demais músicas rastreadas, não há remissão aos lamentos familiares; não há conselhos também: a mãe e a irmã choravam, a avó "já quase morta" e o pai "não disse palavra", mas "eu nem olhava pra trás". Cru e cruel, diz que a mala de couro (o passado, a família, o lugar de origem) "fedia, cheirava mal"; isto é, o passado é associado à morte e decomposição, dada a sua imutabilidade. A esta atitude antepõe-se a abertura para o presente, o que é indiciado pelo tempo verbal, presente contínuo: "ia indo, atravessando, seguindo, nem chorando, nem sorrindo": plena disponibilidade para o acontecimento, para o indeterminado. Parte "sozinho pra capital", sem mitificar o passado, sem apoiar-se em utopias de futuro. Sem construir mitologia coletiva, sem vincular-se a qualquer projeto pré-fixado, lança-se no puro fluir do tempo, convertendo a própria individualidade em mito.

Esta canção, considerada no conjunto das demais canções e intervenções tropicalistas, produz um deslocamento dos temas tradicionais da música popular brasileira, no lirismo e na participação, tanto no que se refere aos conteúdos (sentimentos, afetos, significações políticas, sociais e morais) quanto aos procedimentos artísticos. A canção não é apenas expressão de sentimentos, valores e tomadas de posição, fonte de lirismo e prazer, mas um pensamento que corrói os sujeitos instituídos. O discurso político e a crítica social não aparecem nessas canções sob a forma de uma pedagogia, derivada de uma doutrina (ideologia), antes propõem-se como intersecção de discursos e práticas que se relativizam mutuamente.

Assim, o tema do migrante, por exemplo, não contempla nem a saudade nem o ideal de volta, pois a migração é imaginada como exercício desterritorializante, isto é, como abertura para a vida, para o mundo e suas surpresas.

Sintomaticamente, depois da crítica tropicalista o tema do migrante não alcançou outras expressões significativas; sintoma, talvez, das transformações radicais que a imersão do país na modernização capitalista provocou. Mesmo que o Norte continue idealizado para os migrantes, as formas sociais do Sul, principalmente a sedução dos bens de consumo e os ardis da comunicação, reduziram a saudade e o desejo de volta a elementos de um álbum de fotografias ou a despojos de um tempo onde ainda havia felicidade.

* Celso F. Favaretto é Mestre e Doutor em Filosofia pela USP, Professor na Faculdade de Educação da USP, autor de *Tropicália: Alegria, Alegria* (S.Paulo, Kairós, 1979) e *A Invenção de Hélio Oiticica* (S.Paulo, EdUSP, 1992).

NOTAS

- (1) Dorival Caymmi, "Saudade da Bahia", 1957. "Peguei um Ita no Norte" é de 1945, e a de Caetano (e Gil) de 1968.
- (2) Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, "Asa Branca", 1952.
- (3) A distinção é de Walmice Nogueira Galvão, em "MPB: uma análise ideológica". In - *APARTE*, TUSP, maio-junho 1968.
- (4) Cf. "A Triste Partida", de Patativa do Assaré, 1965.
- (5) "O último pau-de-arara", de Venâncio, Corumbá e J. Guimarães, 1956.
- (6) "Borandá", de Edu Lobo, 1966.

MIGRAÇÃO E DISCURSO LITERÁRIO:

Imagens e Representações nos anos 30

Ana Regina Ribeiro Bastos*
Helion Póvoa Neto**

Introdução

Um rápido olhar por certos discursos que, no momento atual, apontam "culpa-dos" pela crise econômica revela que, mais uma vez, os migrantes estão sendo chamados à responsabilidade. Tal como em outros momentos de nossa história, as migrações aparecem como *problema*, a ser sanado em prol da ordem social que se

pretende preservar.

Esta culpabilização não é feita, entretanto, sem grandes dificuldades para os acusadores. Afinal, o conjunto de processos sociais a que damos o nome de "migração" envolve grandes massas populacionais, as quais encontram-se, quase sempre, na condição de vítimas preferenciais dos problemas pelos quais são responsabilizadas.

Os movimentos migratórios estão, por outro lado, profundamente imbricados com o processo mesmo de formação da sociedade brasileira, não sendo possível isolar os fenômenos sociais e imaginá-los tal como se não existisse o "fator" migração. Afinal, para agregar um dado numérico, calcula-se que, hoje, cerca de um quarto (1/4) dos brasileiros habitam municípios que não os de sua origem.

Multiplicam-se, entretanto, as manifestações contra o excessivo "inchamento" urbano, bem como contra as "hordas" que, nas metrópoles (e, cada vez mais, nas cidades médias) incomodam nosso olhar, clamando por soluções urgentes. Não é difícil localizar algumas das razões pelas quais o cidadão comum sente-se ameaçado por este problema social, que através de algumas distorções acaba por se confundir com a ques-

tão migratória: inúmeras imagens através das quais tal questão é atualmente veiculada reforçam o sentimento de rejeição aos migrantes, negando-se quase sempre a encarar as causas mais profundas do problema.

As Imagens do Migrante

Nosso objetivo é o de apontar, brevemente, para algumas imagens através das quais têm sido mostrados os migrantes no Brasil; consideramos que as mesmas, presentes em outros momentos históricos, possuem ainda hoje uma força muito grande, tendendo a ganhar destaque em momentos de crise. Escolhemos para análise as décadas de 30 e 40, dentro do período que ficou conhecido como a "Era Vargas"; voltamos nossa atenção, preferencialmente, para discursos que envolveram a questão da migração nordestina, partindo de escritores e de representantes do Estado.

A opção por um momento específico e por uma dada região parte do diagnóstico de que este é, na vida nacional, um período no qual a questão da migração assume, por razões a serem examinadas mais adiante, um destaque especial. O Nordeste consiste, por sua vez, em um espaço cujo reconhecimento nacional veio associado à figura dos migrantes; foram estes que, fazendo-se presentes em diversos pontos do território, forçaram ao reconhecimento, por parte da sociedade brasileira, de uma questão regional nordestina.

Não é simples lidar com um tema ligado ao imaginário social. Consideramos, como ponto de partida, que imagens e mensagens permeiam nossa sociedade, tendo as mesmas "o poder de sugerir aos indivíduos de um grupo, de maneira viva e marcante, objetos ou idéias"⁽¹⁾. Tais imagens são veiculadas tanto pelos mais modernos veículos de comunicação de massa quanto pelo ensino, pela literatura e pelo discurso político, bem como através da combinação dos mesmos. Trata-se de um



Foto: Dirceu Cutti

“mundo” muitas vezes dominado pelo simbólico, no qual os agentes buscam, através de seus discursos, a adesão para causas ou movimentos.

Propomo-nos a analisar discursos que, nas décadas de 1930/40, colocaram em causa a questão das migrações nordestinas tomando-as como problema social a ser enfrentado ou como tema a ser tratado literariamente. Na verdade, as duas perspectivas não se excluem, já que a obra de um escritor só pode ser devidamente apreciada se contextualizada às questões que marcaram o momento de sua produção. Inversamente, a obra literária constitui-se em referencial para debates e posicionamentos quanto aos temas abordados. Encontramos, nesse sentido, farto material para análise em romances de Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos e Jorge Amado, a partir dos quais selecionamos algumas passagens⁽²⁾.

As Migrações nos Anos 30/40

Os deslocamentos migratórios vêm fazendo parte do processo mais geral de ocupação do território brasileiro. A atenção por eles merecida tem sido diretamente proporcional à percepção da importância do trabalho dos migrantes dentro do processo de desenvolvimento. Nesse sentido, as migrações foram sempre uma realidade, embora nem sempre tenham se constituído num *problema migratório*⁽³⁾. Durante todo o século XIX, e na maior parte da Primeira República, as atenções estiveram voltadas, prioritariamente, para a questão da imigração estrangeira.

Isso se explica pelo próprio projeto nacional das elites que, descrentes da capacidade do trabalhador nacional (representado, basicamente, pelo nordestino) e empenhadas numa hipotética “melhoria da raça” brasileira (eugenia), consideravam como prioritária a importação dos chamados “braços para a lavoura”. Os nordestinos mereciam atenção somente quando chegavam ao Centro-Sul ecos de tragédias no chamado “Norte”, como a seca de 1877 (que motivou a transferência de milhares de cearenses para a Amazônia) ou quando da revolta de Canudos, no fim do século. Esta última, por sinal, motivou toda uma onda literária “sertanista” (da

qual a obra de Euclides da Cunha é o exemplo mais consistente) e vem alimentando, até hoje, uma série de estereótipos aos quais continuam a ser associados os nordestinos.

Se não ocorria uma valorização dos nordestinos como trabalhadores qualificados, podia ser notada, por parte das elites e de seus ideólogos no aparelho de Estado, uma preocupação bastante nítida com a questão do povoamento do território brasileiro. Este era percebido, no momento enfocado, como um grande vazio a ser ocupado produtivamente. Por quem? Os trabalhadores imigrados, se satisfaziam às necessidades da cafeicultura, não pareciam os mais adequados, por sua qualidade de estrangeiros, para o adequado preenchimento de um espaço que deveria representar a nacionalidade. Os nacionais, e os nordestinos em particular, possuíam qualidades que, se eram indiscutivelmente “nossas”, constituíam problema para o desenvolvimento agrícola pretendido: eram tidos como indisciplinados, praticantes de técnicas irracionais e tendentes ao nomadismo, à desordem e ao fanatismo. Estas imagens, dando conta de atributos associados à “herança indígena”, alimentaram e foram alimentadas por discursos de escritores, jornalistas e representantes de instituições que atuavam na região nordestina⁽⁴⁾.

A visão acima mencionada justificava, segundo diversos autores, os cuidados que deveriam ser tomados com os migrantes nordestinos, especialmente aqueles atingidos pelo flagelo da seca. Transcrevemos, a título de ilustração, uma declaração, datada de 1939, do então chefe da Inspetoria Federal de Combate às Secas (IFOCs, posteriormente DNOCS), José Guimarães Duque:

“O flagelado... é o símbolo do Nordeste - o homem que se perdeu no espaço. Ele é o problema social da região. (...) Ai do Nordeste se este homem não for conduzido a melhores dias. Ignorante, porém maleável nas mãos de quem tenha sobre ele ascendência moral, ele é o campo de cultura das doutrinas destruidoras inoculadas pelos agentes que melhor conhecem, no mundo, a psicologia humana e o manejo das massas descontentes.”⁽⁵⁾

Socialmente desvalorizados, compreendidos segundo concepções racial e geo-

graficamente deterministas, os nordestinos migravam, cada vez mais, rumo ao Centro-Sul, constituindo já nos anos 30 um fluxo mais importante que o dos imigrantes estrangeiros. Poucos eram, todavia, os esforços de contextualização de sua mobilidade em termos dos processos que tinham lugar em sua região de origem.

A “Geração de 30” e o Contexto Social da Migração

As décadas de 30 e 40 foram marcadas por consideráveis esforços no sentido da reinterpretação da realidade social brasileira; não é difícil imaginar o quanto os debates e movimentos culturais da época foram obrigados a lidar com as concepções vigentes, segundo perspectivas as mais diversas. Obras como *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre (1933), *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Hollanda (1935) e *Evolução Política do Brasil*, de Caio Prado Júnior (1933) são hoje unanimemente apontadas como marcos do esforço intelectual de repensar o Brasil.

Enquanto obras como as citadas propunham-se a fornecer novos parâmetros científicos para análise, um grupo de escritores nordestinos reivindicava, a partir da literatura, um lugar ao sol nos debates que então se travavam. Realizando o que foi classificado como “um grande protesto literário contra o modo ‘prussiano’ de modernizar o país”⁽⁶⁾, tais autores tematizavam, de forma crítica, a estrutura agrária desigual, as relações de poder no meio rural e a enorme dívida da sociedade para com os nordestinos. A migração de retirantes aparecia, então, com cores dramáticas:

“...e através da caatinga, cortando-a de todos os lados, viajava uma inumerável multidão de camponeses. São homens jogados fora da terra pelo latifúndio e pela seca, expulsos de suas casas, sem trabalho nas fazendas, que descem em busca de São Paulo, Eldorado daquelas imaginações. Vêm de todas as partes do Nordeste na viagem de espantos, cortam a caatinga abrindo passos pelos espinhos, vencendo as cobras traiçoeiras, vencendo a sede e a fome, os pés calçados nas alpargatas de couro, as mãos rasgadas, os rostos feridos, os corações em desespero. São milhares e milhares se sucedendo sem parar. É uma

viagem que há muito começou e ninguém sabe quando vai terminar porque todos os anos os colonos que perderam a terra, os trabalhadores explorados, as vítimas das secas e dos coronéis, juntam seus trapos, seus filhos e suas últimas forças e iniciam a jornada." (7)

A seca não é mais a grande responsável; a aridez e a desolação referem-se a todo o quadro social, esse sim o grande flagelo... As condições aviltantes de trabalho conjugam-se à crise climática como detonadores da decisão de partir:

"Fabiano olhava a caatinga amarela, onde as folhas secas pulverizavam, trituradas pelos redemoinhos e os garranchos se torciam, negros, torrados. (...) Mas, quando a fazenda se despovoou viu que tudo estava perdido, combinou a viagem com a mulher, matou o bezerro morrinheiro que possuíam, salgou a carne, largou-se com a família, sem se despedir do amo. Não poderia nunca liquidar aquela dívida exagerada. Só lhe restava jogar-se no mundo, como negro fugido." (8)

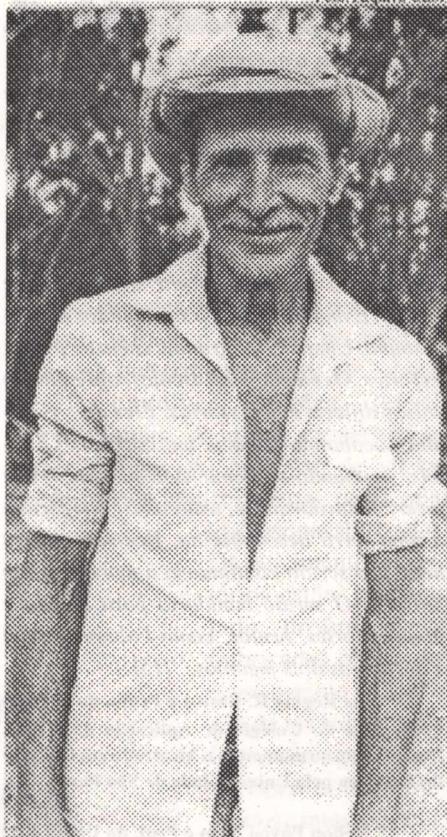
A descrição da paisagem sertaneja, realizada algumas décadas antes por Euclides da Cunha, era enriquecida com a colocação central de seus elementos sociais; as relações de trabalho passavam a aparecer com o mesmo destaque conferido à caatinga. Tanto quanto o clima, era "seca" a própria vida... Ao retirante restava, após a partida, a convivência, "qual negro fugido", com o estigma da desqualificação social.

Questão Agrária e Migração

As relações de poder no mundo rural e a injusta distribuição de terras eram temas que, paulatinamente, se impunham, embora só posteriormente viessem a constituir o campo de debates designado como "questão agrária". As citações que se seguem constituem, por sua vez, discursos sobre a constatação de sua existência, o estado de submissão do sertanejo e, finalmente, sua revolta; dão conta de situações que podem, entre outras possibilidades, desembocar na decisão de migrar:

"São homens e mulheres que trabalham dia e noite, mourejam na enxada, cavoucam a terra, plantam e colhem, são semi-escravizados à fazenda, à qual têm que vender sua colheita e onde têm que comprar seus mantimentos..."

"E a mão servil, acostumada à sujeição do trabalho, estendeu-se maquinalmente num pedido..."



"Aparentemente resignado, sentia um ódio imenso a qualquer coisa que era ao mesmo tempo a campina seca, o patrão, os soldados e os agentes da prefeitura. Tudo na verdade era contra ele." (9)

Chamava-se, assim, a atenção para o aparente paradoxo na atuação do Estado Brasileiro no que respeitava à questão da terra: conviviam, até o início dos anos 30, políticas explícitas de assentamento para imigrantes nos núcleos coloniais e reduzido apoio ao trabalhador nacional. Os centros agrícolas para retirantes, da IFOCS, e a "Marcha para o Oeste", durante o Estado Novo, representaram uma tomada de posição quanto à vinculação das migrações com o problema agrário. Oscilava-se, todavia, entre a promoção do estigmatizado migrante nacional e a continuidade da "opção pelo imigrante". A política de acesso a terra para o trabalhador nacional teve, conseqüentemente, reduzidos resultados práticos, dando sentido, portanto, à obra de denúncia dos romancistas de 30.

O migrante nordestino não era tido como "inútil" para todas as tarefas: sempre associado à poderosa imagem veiculada por Euclides da Cunha, que afirmava sua

"fortaleza", o sertanejo retirante era convocado a oferecer seu trabalho para a extração da borracha na Amazônia, região para a qual não se cogitava do "superior" trabalhador imigrante. Em "O Quinze", um personagem examina esta possibilidade:

"Depois o mundo é grande e no Amazonas sempre há borracha".

Para, mais adiante, considerar outro destino:

"Eu já tenho ouvido contar muita coisa boa de São Paulo. Terra de dinheiro, de café..." (10)

Progressivamente, os nordestinos iam também ocupando postos de trabalho na região da cafeicultura, especialmente nas tarefas menos "nobres" e nas áreas pioneiras, para as quais não se contava tanto com os estrangeiros. O fato era que a repentina interrupção do fluxo de imigrantes por ocasião da Grande Guerra obrigara fazendeiros e empresários urbanos a passarem por cima de seus preconceitos, destinando empregos aos nacionais.

O Medo do Migrante

Se o trabalho dos nordestinos se fazia necessário, não é menos verdade que havia o temor de um completo descontrole na migração para o Sudeste, especialmente por ocasião da ocorrência de secas. Para este temor concorriam os estereótipos negativos já mencionados, e que por vezes reduziam os sertanejos quase que à condição de irracionalidade. Era preciso, portanto, disciplinar os flagelados, aglutinando-os nos chamados "campos de concentração" (11), a partir de onde se faria uma triagem que encaminharia apenas os mais aptos às frentes de trabalho. Tal política estreou por ocasião da grande seca que ocorreu no início do governo Vargas:

"A preocupação dos governos, em 1932 como em 1877, bem como dos que se lhe decorreram, intermediariamente, era afastá-los das capitais e das grandes cidades; era libertá-las, quanto antes, daquelas invasões de bárbaros moribundos que infestavam o Brasil, porque a concentração de retirantes, na capital, fora o fantasma horrendo que havia perseguido a todos os administradores." (12)

Os campos de concentração deveriam portanto cumprir uma função de "filtros"

Os campos de concentração deveriam portanto cumprir uma função de “filtros” selecionadores dos migrantes que se mostrassem “dignos” de aproveitamento produtivo. Também nesse particular, existe o registro da literatura:

“Armado com um cartãozinho do bispo e um bilhete particular de Conceição à senhora que administrava o serviço, Chico Bento conseguiu obter o ambicionado lugar no açude do Tauape.”

“Conceição passava agora quase o dia inteiro no Campo de Concentração, ajudando a tratar e vendo morrer às centenas as criancinhas lazentas e trôpegas que as retirantes atiravam no chão, entre montes de trapos, como um lixo humano que aos poucos se integrava de todo no imundo ambiente onde jazia.”(13)

Rejeição e utilização produtiva: entre estes dois extremos parece oscilar, dos anos 30 até o presente, nossa atitude frente aos migrantes. Dilema ainda longe de ser resolvido; cabe perguntar se algum dia o será, nos quadros de uma sociedade marcada pelo conflito entre espacialização e desespacialização de homens, “livres” para se deslocarem em busca do trabalho que pode ser tanto negado quanto oferecido em condições degradantes.

“Quando rapazinho na fazenda, com a rebelia que o lançara em busca de Lucas Arvoredo para entrar em seu bando, pensara que nada de mais desgraçado podia existir no mundo que a caatinga de secas e de fome. Na Amazônia, no coração da selva, ao lado dos grandes rios, vendo o povo nu, camponeses sem ter o que vestir, cortando os seringais, compreendia que a miséria era comum a todos eles, era a única coisa que existia com fartura em toda parte.”(14)

A experiência de que é possível mudar de lugar sem que, por isso, a vida mude para melhor está expressa no texto acima. Ela corresponde a uma vivência de milhões de brasileiros que, não a exprimindo literariamente, utilizam-na no repensar e refazer do dia-a-dia. Podemos, no momento, apenas especular sobre os rumos futuros desta consciência. O fato é que a migração prossegue, premida entre necessidade e ilusão.

“Pouco a pouco uma vida nova, ainda confu-

sa, se foi esboçando. Acomodar-se-iam num sítio pequeno, o que parecia difícil a Fabiano, criado solto no mato. Cultivariam um pedaço de terra. Mudar-se-iam depois para uma cidade, e os meninos frequentariam escolas, seriam diferentes deles.(...) Iriam para diante, alcançariam uma terra desconhecida. Fabiano estava contente e acreditava nessa terra, porque não sabia como ela era nem onde era.(...) E andavam para o sul, metidos naquele sonho. Uma cidade grande, cheia de pessoas fortes. Os meninos em escolas, aprendendo coisas difíceis e necessárias. Eles dois velhinhos, acabando-se como uns cachorros, iníteis, acabando-se como Baleia. Que iriam fazer? Retardaram-se, temerosos. Chegariam a uma terra desconhecida, ficariam presos nela. E o sertão continuaria a mandar gente para lá. O sertão mandaria para a cidade homens fortes, brutos, como Fabiano, sinhá Vitória e os dois meninos.”(15)

* Ana Regina R. Bastos é Profa. do Colégio Pedro II e do Colégio de Aplicação da UERJ. Desenvolve, no momento, o Mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo.

** Helion Póvoa Neto é Prof. da UERJ e da PUC/RJ. Desenvolve, no momento, o Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo.

NOTAS E BIBLIOGRAFIA

1- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. “Terra sem Males e Paraíso Perdido: Brasil e Europa na visão de um brasileiro do início do século XIX, em PEREIRA DE QUEIROZ, M.I.(org.). *O Imaginário em Terra Conquistada*. São Paulo, CERU, 1993 (pág.77).

Fizemos referência, ainda, a algumas expressões utilizadas por ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. “A Construção Literária de Minas Gerais: dimensões literárias”, em PEREIRA DE QUEIROZ, *op.cit.*

2- A investigação a respeito das representações geográficas presentes na obra dos romancistas nordestinos da geração de 30 integra a pesquisa que a autora atualmente desenvolve para o Mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo.

3- Utilizamos a expressão no sentido empregado por Carlos Vainer em “Política Migratória Recente no Brasil: notas para um debate”, em *Cadernos PUR/UFRJ* ano I n. 1, jan./abr.1986.

4- Uma tentativa de análise histórica da produção e manipulação de tais estereótipos por parte de instituições governamentais como o Departamento Nacional de Obras contra as Secas pode ser encontrada na dissertação de Mestrado desenvolvida pelo autor, *Nordeste, Nordestinos - Quetão Migratório e Política Regional*, defendida em 1988 pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

5- DUQUE, José Guimarães. “O Fomento da Produção Agrícola”, em *Boletim da IFOCS*, vol.2 n.2, abr./jun.1939.

6- COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e Sociedade no Brasil*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990 (pág.24).

7- AMADO, Jorge. *Seara Vermelha*. São Paulo, Livraria Martins Editora (pág.43); o original é de 1946.

8- RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. São Paulo, Record, 1979 (pág.116); o original é de 1938.

9- As citações são, respectivamente, de:

- AMADO, Jorge. *op. cit.* (pág.38)

- QUEIROZ, Raquel de. *O Quinze*. Rio de Janeiro, José Olimpio, 1987 (pág.35); o original é de 1930.

- RAMOS, Graciliano. *op. cit.* (págs.95/6).

10- QUEIROZ, Raquel de. *op. cit.* (págs. 18 e 80).

11- É importante ter claro que a expressão, embora indicasse o grau de controle que se buscava exercer sobre os retirantes, não possuía ainda o significado adquirido após a Guerra.

12- CUNHA, Arnaldo Pimenta da. “Pela Unidade da Pátria”, em *Boletim da IFOCS*, vol.14 n.1, 1940 (pág.142). O autor baseia-se em um texto de Euclides da Cunha.

13- QUEIROZ, Raquel de. *op. cit.* (págs.73 e 94).

14- AMADO, Jorge. *op. cit.* (pág. 243).

15- RAMOS, Graciliano. *op. cit.* (págs.125/6).

Q
U
I
N
Z
E
N
A

Trabalhadores, greves, organização patronal da produção, saúde e segurança no trabalho, contrato coletivo, sindicatos, CUT, terra, mulher, moradia, igreja progressista, partidos democráticos e populares, economia e política nacional e internacional. Se você precisa de Opinião, Análise e Informação quinzenal sobre estes assuntos, então você precisa do Boletim QUINZENA.

IMPRESINDÍVEL

LIGUE CPV E FAÇA SUA ASSINATURA

CPV - Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro
Caixa Postal 65.107 - CEP 01390-970 - São Paulo-SP
Fone: (011) 285-6288 / 283-2640

IMAGENS DO MIGRANTE NORDESTINO EM SÃO PAULO

Germano Leóstenes Alves de Sobral*

O processo migratório implica, invariavelmente, situações que encerram confrontos interétnicos. Os deslocamentos espaciais de indivíduos e grupos configuram-se, pois, como "momentos" de crise e (re)construção de identidades. A trajetória do migrante é marcada pela reelaboração de seus referenciais identificatórios - traços sócio-cul-

turais com os quais os sujeitos identificam-se e a partir dos quais se fazem reconhecidos como membros de um grupo - e, portanto, envolve o questionamento de valores e de imagens de si e do outro. Dentre esses referenciais destaca-se o lugar de origem dos sujeitos:

"A cidade ou terra é vista como mãe e nutriz;

o lugar é um arquivo de lembranças afetivas e realizações esplêndidas que inspiram o presente; o lugar é permanente e por isso tranquiliza o homem, que vê fraqueza em si mesmo e movimento em toda parte" (TUAN, 1983:171).(1)

Quando se diz que, ao sair de seu lugar de origem, de sua terra "natá"(2), o migrante desenraiza-se, está-se fazendo alusão à essa referencialidade do espaço. E, mais do que isso, dado que este pertencimento ao lugar de origem institucionaliza-se pelas mãos do Estado sob a insígnia da naturalidade, abrem-se caminhos para desdobramentos ideológicos que convertem o migrante num sujeito desnaturalizado. A migração, legítima enquanto tentativa de solucionar uma situação de ameaça à sobrevivência, ideologiza-se enquanto um problema de disfunção. Reduz-se o migrante ao excedente populacional, às vezes no lugar de origem, às vezes no lugar de chegada, frequentemente em ambos. Não estar no seu lugar é transgredir uma ordem e isto concretamente expressa-se em preconceitos e segregações. Uma outra implicação, e não menos importante, é a interiorização pelos próprios migrantes de imagens estereotipadas de si mesmos, as quais reforçam sentimentos de desenraizamento e de errância. Neste trabalho é este último aspecto que nos interessa mais especificamente. Trata-se, aqui, de desenvolver o questionamento de algumas imagens tipificadas do nordestino tal como instituídas no confronto do migrante com o outro e consigo próprio. Tais imagens são constrações e irrompem na fala dos sujeitos banhadas de sentimentos ambivalentes:

"O nordestino não faz essas coisas lá na terra dele...nordestino só faz essas coisas aqui porque não é a terra dele...faz isso pra gente passar vergonha" (P.G.S., 56 anos, dona-de-casa e aposentada, paraibana, residente em São Paulo há aproximadamente 15 anos).

Referindo-se a fatos jornalísticos (crimes, fundamentalmente)(3), transmitidos pelo rádio e pela TV, bem como a situações por ela vivenciadas no cotidiano (depredações, brigas, etc.), nos quais os protagonistas foram nordestinos, P.G.S. acaba ressaltando uma ima-

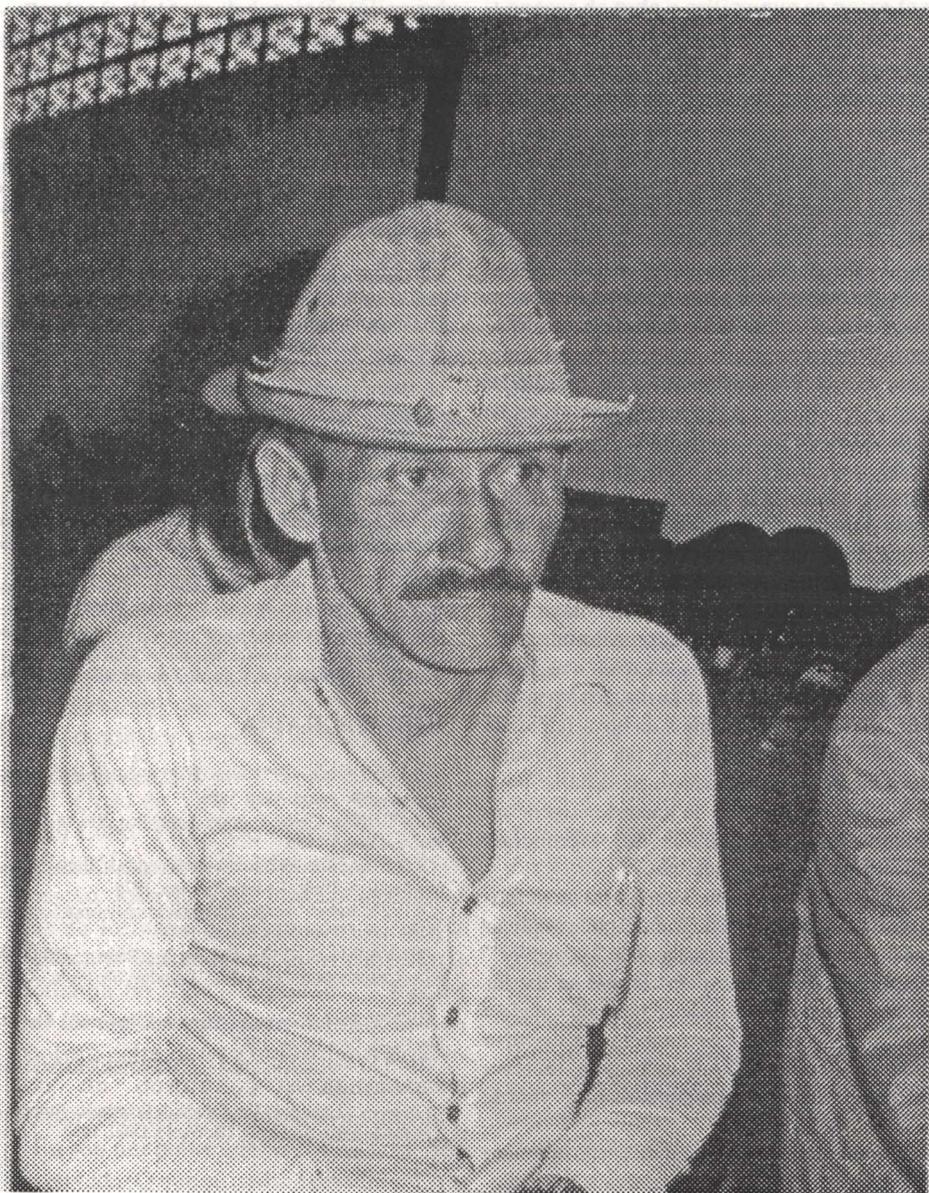


Foto: Arquivo CEM

gem negativa do migrante, canonizada pelos meios de informação/massificação, enquanto preserva idealizado o núcleo de uma identidade nordestina original. Mesmo que esta imagem não seja isenta de ambivalências - em seu discurso o migrante nordestino também aparece como "um forte", "o que construiu São Paulo" - subjaz a concepção de desterro e de que, por estar longe do seu lugar, o migrante desorienta-se.

Não cabe, nos limites deste trabalho, uma discussão pormenorizada sobre a existência ou autenticidade de uma identidade regional nordestina, o que remeteria ao debate sobre a questão regional(4). Entende-se, no entanto, que desde o Império se desenvolveu um discurso social sobre a divisão do país em dois grandes núcleos - o Norte e o Sul - definindo-se um em contraposição ao outro(5). Ainda hoje são comuns as denominações "nortistas" e "sulistas" para designar os naturais de uma e outra porção do país, independentemente dos recortes regionais oficiais efetuados pelo Estado, principalmente após 1940. A configuração imaginária e ideológica desses recortes espaciais é ao mesmo tempo produto das lutas sociais e produtora da própria realidade. Deste modo, a institucionalização recente do Nordeste pauta-se sobre uma trama histórica mais antiga, no interior da qual se engendraram províncias do Norte e províncias do Sul. O discurso sobre a região, porque assentado em precedentes históricos, acaba tendo o poder de criar a própria região; nos termos de Bourdieu, o enunciado traz à existência aquilo que denuncia(6).

É também, a partir de 1940, que se intensificam as migrações internas no território brasileiro, principalmente de camponeses expropriados que se dirigem para os centros urbanos. Destacam-se as saídas de mineiros e de nordestinos em direção às cidades de São Paulo e Rio de Janeiro(7). No jogo dialético da construção das identidades por contraste, o migrante põe-se, então, como o nortista/do campo ante o sulista/da cidade. Aparência, vocabulário regional, sotaque e costumes são traços distintivos que passam a ser ressaltados enquanto marcas negativamente valorizadas do outro. A imagem do recém-chegado à futura metrópole, cansado e maltratado após uma viagem de longa duração sacolejando na carroceria de um caminhão, acabou por fixar-se na figura do "pau-de-arara". Designando tanto o principal meio de transporte dos migrantes na época, como o próprio migrante, o termo condensa em sua dupla acepção e com a força da metáfora, todo o drama do êxodo nordestino: a liberdade de ir e vir é o desdobramento culminante da prisão de rígidas estruturas sociais.

A incorporação ao seu vocabulário, de termos como "baiano" e "baianada", o primeiro operando como designação genérica de todos os nordestinos, e o segundo como sinônimo de estupidez ou sujeira, expressa a interiorização pelo migrante de imagens pejorativas, forjadas no âmbito das lutas entre diferentes sujeitos pela imposição de significados dominantes. A própria recusa a ser classificado como "baiano" - e a reserva desta denominação aos outros - subsume um complexo de reavaliações de valores e de manipulação de imagens que objetivam uma maior aceitação na sociedade mais ampla.

Já em outros contextos interacionais, o referencial espacial de origem é resgatado enquanto foco de identificações: "O Nilson é meu conterrâneo... é lá de Triunfo, também... mas nós nem se conhecia antes de vir pra cá, não... viemos nos conhecer aqui na firma" (R.S., 23 anos, ajudante geral, pernambucano, residente em São Paulo há 4 anos).

A proclamação da "conterraneidade" define-se, assim, como uma declaração de semelhanças; trata-se de um ato de reconhecimento, assentado sobre as bases de uma origem comum e de um vislumbamento de futuros quiçá bem parecidos. A esperança de retorno à terra natal é, com frequência, parte integrante desse compartilhar de origens. Ao nível do cotidiano, este mútuo reconhecimento pode aprofundar laços de amizade e desenvolver relações de solidariedade entre indivíduos e famílias. Esta solidariedade de base, conforme numerosos pesquisadores já o atestaram, é fundamental para a instalação inicial do migrante no novo lugar, tanto em termos econômicos, como em termos culturais. É necessário que, até que ingresse no mercado de trabalho, o novo habitante tenha como sustentar-se materialmente, mas é igualmente indispensável que tenha acesso a um mínimo de informações a respeito dos códigos e mecanismos da nova realidade social a fim de que possa por ela circular livremente, comunicando-se. Resgata-se, pois, a valorização positiva do lugar de origem enquanto um dos núcleos de referenciais identificatórios dos sujeitos.

Finalmente, o retorno temporário ou definitivo do migrante à sua terra natal pode implicar na construção de uma imagem de "vencedor" expressa no discurso daquele que se diz ter enfrentado as dificuldades da grande cidade e ter se dado bem, mas também no discurso daquele que, expulso da metrópole, regressa alegando não ter se acostumado com a "vida de louco" de São Paulo.

De qualquer maneira, a mudança do migrante nunca é estritamente "geográfica". Sua trajetória

implica mudanças internas profundas, ao nível das representações, as quais emergem e ganham formas através de imagens de si e do outro. Muito dessas imagens é construído a partir da junção de fragmentos do discurso social que se forja a respeito da condição. A identidade social é, assim, entendida como um complexo em construção através de relações tanto contrastivas como especulares. Numa época de utopias separatistas e de exacerbação dos discursos regionalistas, a manipulação dessas imagens torna-se importante estratégia para os diferentes sujeitos sociais em confronto. Pode-se, pois, vislumbrar o alcance dessas questões para a consolidação da democracia e para a construção da cidadania na sociedade brasileira.

* Germano L. A. de Sobral é Mestrando em Geografia Humana pela FFLCH-USP, bolsista CNPq.

NOTAS

(1) Sobre as relações entre construção da identidade e afeição pelo lugar leia-se especialmente os trabalhos de TUAN relacionados na bibliografia final. Sobre as relações entre memória e espaço há o trabalho clássico de Maurice Halbwachs, *A Memória Coletiva*, editado pela Vértice.

(2) Como em "O Último Pau-de-Arara" (Venâncio-Corumba José Guimarães): "Quem deixa a terra natá, em outro canto não pára..."

(3) Programas jornalísticos como o do radialista Gil Gomes, voltados para a cobertura de crimes, costumam destacar, quando da identificação das pessoas, a cor e a naturalidade.

(4) Sobre a questão regional: MARKUSEN, Ann R., "Região e Regionalismo: Um Enfoque Marxista" in *Espaço e Debates* n. 2, maio/1981 e, noutra perspectiva, BOURDIEU (v. bibliografia final).

(5) V. PENNA (bibliografia final)

(6) V. BOURDIEU (bibliografia final)

(7) Os dados estatísticos oficiais sobre fluxos migratórios internos brasileiros podem ser coletados nas "Estatísticas Históricas do Brasil - Séries Econômicas, Demográficas e Sociais, de 1550 a 1988" publicadas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2a. ed. (1990). No entanto, a falta de dados sobre as chamadas migrações de retorno impede uma apreensão da dinâmica migratória total, posto que as informações sobre saldos migratórios devem ser relativizadas.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manuel Correia de. *O Nordeste e a Questão Regional*, São Paulo, Ática, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*, S. Paulo, Livraria Pioneira, 1976.
- OLIVEN, Ruben George. *Urbanização e Mudança Social no Brasil*. 4a. ed., Petrópolis, Vozes, 1988.
- PENNA, Maura. *O Que Faz Ser Nordestino - identidade sociais, interesses e o "escândalo"* Erundina, São Paulo, Cortez, 1992.
- SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*, 11a. ed., São Paulo, Brasiliense, 1987.
- TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar - A Perspectiva da Experiência*, São Paulo, Difel, 1983.
- *Topofilia - Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente*, São Paulo, Difel, 1980.

TELEVISÃO, CLASSES POPULARES E MEDIAÇÃO CULTURAL

Maria Celeste Mira*

No início, como quase tudo que se faz no Brasil, a televisão foi um projeto de elite: de uma elite de produtores para outra formada pelos poucos que podiam adquirir o seu próprio aparelho de TV. A programação, apesar de já contar com atrações e artistas populares vindos do rádio, refletia esta realidade. O principal produto do horário nobre era o teleteatro, cuja preocupação era exibir textos de autores igualmente nobres como Sheakspeare, Ibsen e outros. As boas famílias das principais capitais do país podiam até mesmo exercer uma certa censura moral e cultural sobre os programas apresentados, ligando diretamente para uma emissora, quando os consideravam fora do decoro ou do bom nível.(1)

Estes "privilégios" não duraram muito. Já na virada dos anos 60 a televisão começa a se tornar um veículo mais popular. A fabricação de aparelhos em série no Brasil se inicia em 1958. Na década seguinte as linhas de crédito para aquisição de eletrodomésticos se amplia enormemente. O projeto de criação de um mercado ampliado de bens de consumo material e simbólico, bem como o de "integração nacional", (sua face autoritária), só eram possíveis com a incorporação do grande público, as classes médias e populares. Ao longo de sua história, a televisão brasileira foi alcançando índices de penetração tão significativos que hoje o difícil mesmo é explicar como ela se tornou tão popular.

Para responder a esta questão precisamos abandonar de vez certas fórmulas que se mostram obsoletas. Atribuir o sucesso da televisão ao seu suposto poder de manipulação das consciências, à imposição total da ideologia dos dominantes, torna-se cada vez menos correto. Porque, na verdade, há contradições ideológicas no interior da produção, onde não se consegue manter integralmente uma linha de atuação. Mas, ainda mais profundamente, porque este é apenas um nível de análise, no qual não se atingiu ainda a dimensão propriamente

cultural. A elaboração dos programas no plano criativo, artístico, cultural escapa às determinações político-ideológicas dos proprietários ou diretores das cadeias de televisão. Têm mais a ver com suas estratégias mercadológicas, ou seja, de ampliação da audiência a ser vendida para o anunciante. Mas, para conquistar o público é preciso saber seduzi-lo. Uma sinuosa cumplicidade entre produtores culturais e público parece ser a chave da enorme popularidade da televisão brasileira. Portanto, teria-

mos que examinar de um lado, a produção e, de outro, o(s) público(s), tarefa para os estudiosos da comunicação e das formas da cultura moderna, sobre a qual gostaria de levantar alguns pontos.

A meu ver, há quatro linhas de programação na televisão brasileira que garantem firmemente sua ligação com o público popular: a telenovela, o humorismo, os programas de auditório e o "jornalismo popular". Ao longo de sua história nossa TV os mantém, com altos e baixos, com

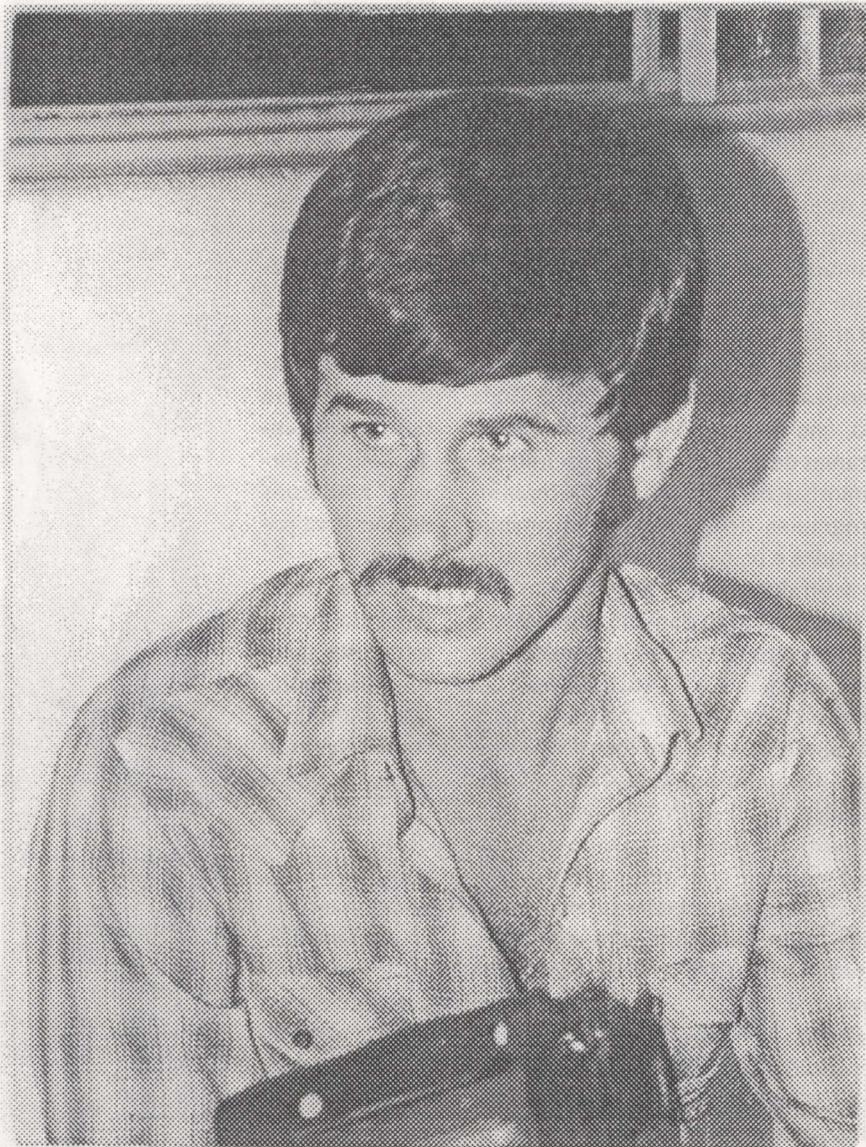


Foto: Arquivo CEM

maior ou menor força de acordo com o movimento do público e da sensibilidade (projeto mercadológico) dos programadores.

Os programas mais bem sucedidos na televisão atual nasceram nos anos 60, no momento de popularização do veículo. A telenovela, que ensaiara seus primeiros passos já na década de 50, se estabiliza a partir de 1963, com a introdução do vídeo tape. Exibida, a partir de então diariamente, conquista para si o horário nobre das 7 e 8 horas da noite, projetando atores, diretores e autores, quase imortais, nas grandes produções da Tupi, Excelsior e, posterior e definitivamente, da Rede Globo.⁽²⁾ Nesta mesma época, começam a se instalar na TV apresentadores e comediantes populares que, como os astros da telenovela, percorrem toda a sua história até a atualidade. Refiro-me a artistas como Sílvio Santos, Chico Anysio, Dercy Gonçalves e Chacrinha, para citar poucos. Protagonistas de um tipo de emissão de TV, cujos recursos (música, humor, prêmios, calouros, etc.) fazem parte de um repertório comum, que pode ser alternado. A respeito destes há algo de particular na história da nossa TV. Enquanto que a telenovela foi fortalecida pelo projeto de modernização empreendido pela Rede Globo, que domina todos os anos 70, os programas de auditório foram excluídos e os humorísticos, reformulados: tornaram-se programas de estúdio, tecnicamente sofisticados e bem embalados. O objetivo era a neutralização do "popularesco".

Do mesmo veio (o popularesco) nasce o que hoje se configura claramente com um "jornalismo popular". Animadores e comediantes como os que acabamos de mencionar apresentavam, nos idos de 60, programas (de auditório) cujos pontos fortes eram polêmicas reportagens sobre crimes, adultérios, abandono, descaso e outras formas de violência que fazem parte do cotidiano das classes populares, por vezes, batendo à porta das elites e classes médias. Programas como "Dercy de Verdade", "Flávio Cavalcanti", "O Homem do Sapato Branco" e outros tantos. Condenados pelo padrão global são ressuscitados nos anos 80, atingindo uma nova e mais ousada síntese em "O Povo na TV". Deste

polêmico espetáculo, o atual jornal popular do SBT herdaria, mais tarde, a equipe, o espírito e até seu antigo nome: "Aqui e Agora".

Por que estes programas resistem ao tempo? Por que são tão populares? Uma observação mais atenta e cuidadosa destas produções nos revela que elas procedem de formas culturais que antecedem os meios eletrônicos. Sem prejuízo da sua potencialidade de criar coisas novas, a televisão trabalha - na expressão de Jesus Mantín-Barbero⁽³⁾ - com "matrizes culturais" populares, as quais atualiza e recria pelos modernos meios audiovisuais. Assim, a telenovela tem sua "matriz cultural" no melodrama, espetáculo teatral popular do século XVIII, que quase punha os teatros abaixo, pela ruídos a interação do público com as peripécias do herói e do vilão e destes com a vítima, personagens que estruturam ainda hoje as formas modernas de narrativa popular.

No caso da telenovela brasileira, esta superou o melodrama. Desenvolveu toda uma tradição, a partir dos anos 70, de discutir temas relativos à realidade nacional, retratando "tipos" brasileiros, com seus sotaques e regionalismos. Característica realista que a aproxima

do romance, este "abrasileiramento" da telenovela permitiu-lhe cruzar a fronteira do seu habitual público feminino, incorporando os homens e os mais jovens, igualmente contemplados com seus temas prediletos, seja o mundo da política ou o das aventuras. A telenovela brasileira é um fenômeno de comunicação, que não diz respeito apenas às classes populares, mas atravessa todas as classes.

Como a telenovela, os humorísticos que vemos acompanhar a história da TV são tributários de uma tradição secular: a comunidade popular, cujas formas dominantes são a paródia, a bufonaria, a pantomima. Vindas das festas populares de rua

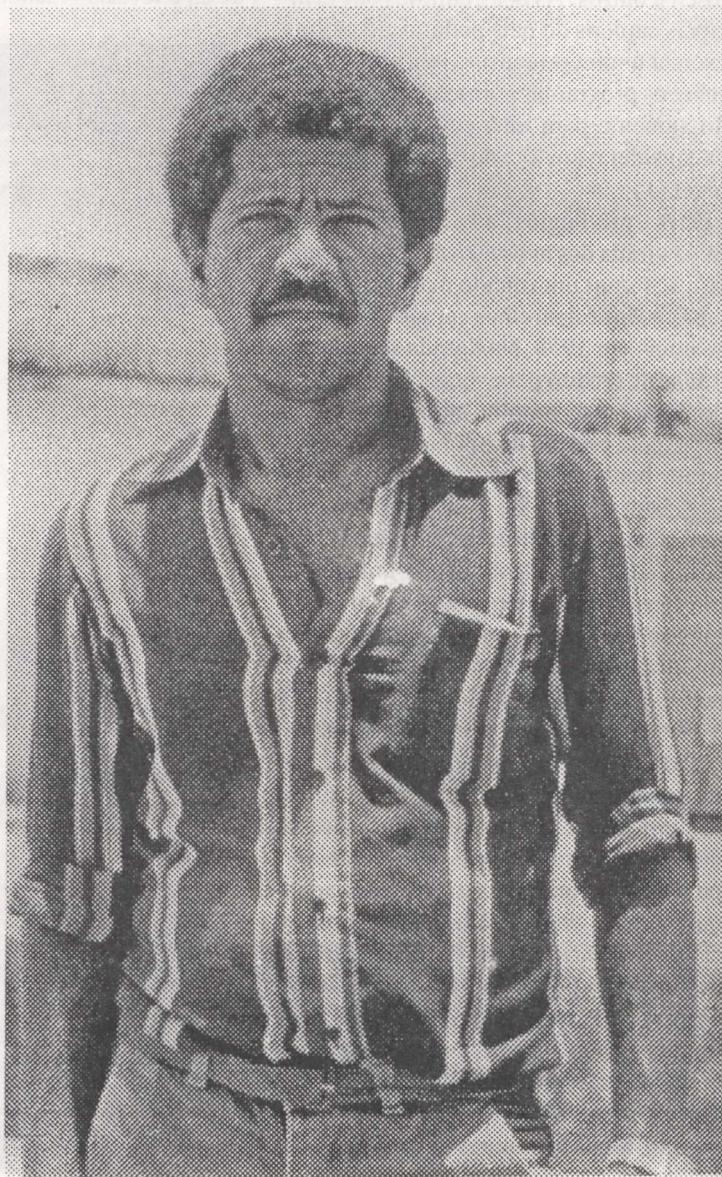


Foto: Arquivo CEM

do período medieval (as mesmas que deram origem ao carnaval), estas formas cômicas atravessam os séculos, mantidas por artistas ambulantes, pelo circo, no "vaudeville" e daí para o cinema, o rádio e a televisão. No Brasil, a tradição cômica é forte. Quem não se lembra das chanchadas da Atlântida, dos humorísticos do rádio e dos teatros de revista? Destes meios saíram os mais bem sucedidos comediantes da TV brasileira, que fazem o povo rir com seu humor, ao mesmo tempo, ingênuo e picante.

Na mesma tradição da festa popular encontramos a matriz ancestral dos programas de auditório. Fazem parte deste universo, também com sentido cômico, atrações que conhecemos do circo, (algumas ainda podem ser vistas nas ruas das cidades, rodeadas de curiosos), como os engolidores de fogo, mágicos, malabaristas, telepatas, ventríloquos e outros que tais. Tivemos no Brasil, um expoente do espetáculo cômico grotesco, Chacrinha. Mas a tradição que se fixou foi a fundada por um outro mestre: Silvio Santos. Neste caso, aliaram-se ao circo, as espetaculares formas de veiculação do jogo de salão, modernizadas e comercializadas pela indústria americana do "game show". Brincadeiras, gincanas, concursos, sorteios, apostas e desafios. Receita de sucesso, testada e aprovada no rádio popular dos anos 40 e 50, (mistura de circo, música e prêmios), alguns programas de auditório buscam hoje o público jovem com sofisticação técnica e visual, que os aproxima da linguagem do "video game".

As origens do que chamei de "jornalismo popular" são mais complexas e menos evidentes. Mas é certo que certos tipos de narrativas populares, que relatam crimes passionais, histórias fantásticas ou casos verídicos, difundidos em impressos baratos, estão entre as primeiras fontes da imprensa sensacionalista. Também parece clara a influência do gênero policial,(4) cuja estrutura organiza o jornal em forma de narrativa. Outro espaço forte na comunicação popular brasileira, presente no jornalismo impresso (Notícias Populares), no cinema (Caso Cláudia, Lúcio Flávio), nas revistas de reportagens (O Cruzeiro) e no rádio, de onde sai um "mestre do

suspense" como Gil Gomes. Estamos falando, portanto, de espetáculos, ficções, temas e tipos de artistas, nos quais as classes populares urbanas reconhecem tradições que são suas. Baseados em matrizes culturais mais antigas, eles não criam barreiras (como, no mais das vezes, a arte culta o faz), mas ao contrário, facilitam o acesso das classes populares. Permitem o trânsito do "tradicional" para o "moderno", da cultura oral para a oralidade dos meios eletrônicos, do rural para o urbano.

Aproximadamente no mesmo período de existência da televisão no Brasil observamos um intenso processo de urbanização. Segundo o IBGE, em 1940 68,8% dos brasileiros se encontravam no campo, contra 31,2% de citadinos. Em 1980, esta proporção praticamente se inverte: são 36,8% habitando a zona rural e 64,2% nas cidades. A relação com o crescimento da televisão é clara: o número de aparelhos de TV em uso aumenta de 2.000 em 1950 para 20.000.000 em 1980. Além disso, as telecomunicações invadem o campo e vice-versa. Ao contrário do que fora anunciado - a predominância da cultura dos grandes centros urbanos - as tendências recentes apontam que a mídia, vivendo um certo esgotamento desses padrões, busca se renovar retomando os temas rurais e regionais, fenômeno notável sobretudo na música e na telenovela. Por outro lado, as cifras acima citadas nos permitem deduzir que grande parte da população que forma as classes populares urbanas é de origem rural recente.

Infelizmente sabemos muito pouco sobre quem está do lado de cá da televisão. Quase nada conhecemos sobre o lazer popular no meio urbano. Um pesquisa sobre o tema(5), abrangendo as classes A (alta burguesia); B (quadros médios) e C (operários) permite algumas aproximações. Para os executivos, a televisão se apresenta como uma das opções possíveis de lazer (leitura, cinema, televisão e rádio, comer/beber/dançar, esporte/ginástica/dança, viagens e teatro). Para os 60 operários entrevistados, a TV aparece em primeiro lugar tanto na rotina do dia-a-dia, como no descanso de fim-de-semana, seguida pelo hábito de fazer e receber visitas

ou descansar e dormir. Os homens aproveitam o final de semana para fazer concertos ou construção da casa, jogar bola, dar uma volta, tomar uma cervejinha ou jogar dominó e sinuca. As mulheres dedicam-se aos serviços domésticos, fazem compras ou trabalhos manuais. Os jovens são os que mais saem para dançar, ir ao cinema ou participar de excursões. No geral, o consumo cultural é baixo: 60% não vão ao cinema, 85% nunca vão ao teatro e apenas 16% lêem jornais.

O lazer destes operários e seus filhos e esposas é preenchido pela indústria cultural. Para cada entrevistado, há 1 aparelho de som, 1,2 de TV e 1,5 de rádio. No rádio, os programas preferidos pela classe C são os policiais e os sertanejos.(6) Os programas mais assistidos pelos operários, (Jornal das 8, Humor, Novela, Programa de Auditório) diferem dos de maior audiência para o total dos entrevistados (Jornal, Filme, Novela, Shows Musicais, Humor), revelando uma procura de gêneros distintos para cada classe.

Apesar dos limites de uma pesquisa pequena, sem validade estatística para o total da população, podemos retirar daí alguns pontos de reflexão. O fato de tremenda predominância da televisão (e do rádio) no consumo cultural das classes populares tem sido visto - e esta é a primeira impressão que temos ao tomar contato com os dados - como falta de opção. Acredito que, embora muitas vezes, pela pressão de um cotidiano exaustivo e das dificuldades econômicas, a TV apareça como um mero lenitivo, temos que pensar que, por outro lado, ela é sim uma opção. Uma família de classe popular, destina parte considerável de seu orçamento quando decide comprar um aparelho de TV, orçamento este que se sabe ficará comprometido pelo prazo em que durarem as prestações. Além do mais, ao assistir TV procede-se a determinadas escolhas, embora limitadas pela programação. Mas, como vimos, os programas preferidos pelos operários, (cujos dados não destoam de pesquisas mais gerais de audiência) são exatamente aqueles que propus sejam considerados populares. Com uma diferença: não aparece aqui o "jornalismo popular", destacando-se, porém, no rádio (progra-

mas policiais), de onde migrou para a televisão. A explicação para esta correspondência é polêmica. De forma geral, ela tem sido vista como a imposição da mensagem do produtor sobre o receptor, o que também já não é mais ponto pacífico.

Para uma análise do(s) público(s) teríamos que considerar pelo menos dois pontos. Em primeiro lugar, como se dá a recepção dos meios de comunicação. Embora estes estudos estejam apenas se iniciando no Brasil, temos já bons exemplos. O trabalho de Ondina Fachel Leal sobre a novela das oito(7) mostra como é diferente a recepção da telenovela nas classes populares, desde a colocação do aparelho de TV na sala, passando pelo ritual mais coletivo de assistir a novela, até a compreensão e interpretação dos temas abordados. A refração da mensagem e da ideologia do emissor foi também atestada por Carlos Eduardo Lins da Silva, ao investigar a audiência do Jornal Nacional pelas classes trabalhadoras.(8) John Fiske(9) acredita que há uma "audiência ativa" em relação aos "game shows" dos quais os espectadores participam em casa, recriando o jogo televisivo, entre os familiares.

Um desdobramento da questão da recepção nos conduz a um segundo aspecto, ao qual Barbero, (no texto já mencionado), chamou de "lógicas dos usos". De um lado, a produção imprime a sua lógica, que é mercadológica, artística, administrativa, cultural. De outro, o usuário pode apreender os produtos de acordo com a sua própria lógica, conferindo-lhes novos sentidos, a partir de sua vivência, suas condições de existência, suas necessidades e expectativas. O estudo de Maria Tereza Costa(10) baseado nas cartas enviadas pelos ouvintes do programa Gil Gomes mostra como muitos deles se dirigem ao radialista como o seu único amigo, a única esperança de justiça, num mundo em que se encontram rodeados de violência criminosa e abandono pelos poderes públicos. É frequente o mesmo recurso a programas como o jornal "Aqui e Agora", para resolver problemas que seriam de competência de órgãos como o Procom, Administrações Regionais ou da Polícia. Nestes casos, acredito, a população tenta se valer destes canais para estabelecer um diálogo que

fora deles não encontra lugar.

Este desejo de existir, de se expressar, de se comunicar tem levado inúmeras pessoas a participar dos programas de televisão, em especial, dos "shows" de auditório, onde podem tomar parte nos jogos e brincadeiras ou se apresentar como calouros. No quadro do Programa Sílvio Santos "Os calouros que nunca se apresentaram na TV" é interessante observar como as pessoas, muitas vezes, ali comparecem para serem vistas pelos amigos ou familiares. Muitos deles, migrantes nordestinos, conseguem então a façanha de fazer sua imagem cruzar os céus do Brasil para ser vista na distante terra de que partiram. Mandam abraços, lembranças para a família que, de lá, assiste o programa e os vê.

Foi abrindo esta possibilidade de comunicação invertida que a Rádio Atual tornou-se o melhor exemplo de uma apropriação diferenciada da mídia. Calcando sua programação nos gêneros musicais do Nordeste, como o forró, a rádio faz conexão nos finais de semana com outras rádios no Nordeste, através das quais os migrantes daquela região podem mandar mensagens para os que deixaram por lá. Em torno da rádio foi criado um espaço de acesso gratuito, que conta com um parque de diversões, barracas de comida nordestina, capela em devoção a Padre Cícero e Frei Damião. Uma estátua de Luiz Gonzaga assinala que ali o espaço é dos cantores de forró e dos repentistas, que se apresentam nos finais de semana. O lugar acabou se tornando uma opção de lazer: muitos vão para lá passar o domingo, dançar, se divertir, namorar, encontrar conterrâneos, alguns, trazendo cartas para pessoas que, de outra forma, não poderiam localizar em São Paulo. O que, de início, era uma emissão de rádio, acabou levando à recriação do espaço de sociabilidade de origem para os nordestinos de São Paulo.

Discutimos nos últimos anos, na Universidade e fora dela, a terrível problemática urbana decorrente dos movimentos migratórios. Descobrimos que não se pode pensar a incorporação dos migrantes nas grandes metrópoles a partir da categoria da "marginalidade social". O migrante deve ser pensado "dentro" e não "fora" da sociedade urbana.(11) O mesmo racio-

ínio vale para o campo da cultura. O migrante não se situa numa suposta "marginalidade cultural" mas toma parte ativa na cultura urbano-industrial. Enquanto público popular é portador de gostos e expectativas aos quais a indústria procura responder. Enquanto (tele)espectador moderno, adere à sofisticação audiovisual dos meios eletrônicos. Como sujeito de uma coletividade particular pode, por vezes, adaptar estes meios ao uso social que a sua própria vivência lhe pede.

* Maria Celeste Mira é Professora do Depto. de Antropologia da PUC-SP e autora da tese de Mestrado *Modernização e Gosto Popular: a história do SBT*.

NOTAS

(1) Cf. relatos de *História do Teleteatro Paulista nas décadas de 50 e 60*. Flávio Luís Porto e Silva, São Paulo, S.M.C. 1981.

(2) Cf. *Telenovela, História e Produção*, Renato Ortiz, José Mário Ortiz Ramos e Silvia Helena S. Borelli, Brasiliense, 1989.

(3) Cf. Jesus Martín-Barbero, *De los medios a las mediaciones*, México, G. Gilli, 1987.

(4) Sobre os gêneros cômico e policial na TV e no cinema, ver José Mário Ortiz Ramos, *Cinema, Televisão e Publicidade: o audiovisual e a ficção de massa no Brasil*, tese de doutorado, PUC-SP, 1990.

(5) A pesquisa foi realizada em 1984 por professores da F.G.V. A primeira parte foi publicada por Maria Cecília Forjaz, "O lazer dos Executivos", Rev. Bras. de Ciências Sociais, n.6, fevereiro 1988. A parte relativa aos operários consta de um relatório de pesquisa "O lazer das classes populares", elaborado por Gisela Goldenstein.

(6) A mesma tendência é apontada por Maria Immacolata V. Lopes, em *O rádio dos pobres*, Loyola, 1988.

(7) *A leitura social da Novela das Oito*, Vozes, 1986.

(8) *Muito além do Jardim Botânico*, Summus, 1985.

(9) John Fiske, *Television Culture*, Londres/N. York, Methuen, 1987.

(10) *O programa Gil Gomes. A justiça em ondas médias*, Ed. da Unicamp, 1992.

(11) Refiro-me aqui em especial às teses de Paul Singer em *Economia Política da Urbanização*, Brasiliense, 1973.

O MIGRANTE NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA

Denise Rockenbach*

Como professora de geografia em escolas públicas de 1º e 2º graus, inúmeras vezes pude perceber de um lado atitudes preconceituosas de crianças e jovens em relação a migrantes e, de outro lado, migrantes ou filhos de migrantes que negam esta sua condição por se sentirem desvalorizados. Estes fatos podem ser analisados por vários ângulos, neste artigo procuro verificar como o migrante e a migração são abordados pelos livros didáticos de geografia, posto que estes livros comumente fazem parte do processo de ensino e aprendizagem.

O migrante aparece de forma dispersa em livros didáticos de língua portuguesa e história, mas nos livros de geografia há sempre espaço reservado para a migração. Podemos perceber na maioria dos livros didáticos de geografia uma tipologia das migrações; quanto à denominada migração interna, a migração campo-cidade (êxodo rural) é aquela que tem mais espaço, enquanto que a migração cidade-cidade praticamente não é citada e a migração

campo-campo vem ganhando algum destaque devido aos conflitos nas áreas denominadas de fronteiras agrícolas, especialmente na região amazônica.

A análise de como o êxodo rural é tratado pelos livros didáticos é particularmente relevante quando os alunos com os quais trabalhamos, residentes em cidades, trazem para a escola o senso comum de que todo migrante que veio do campo, é nordestino, pobre e fonte de problemas para as cidades. A compreensão do fenômeno migratório pode abrir perspectivas para um entendimento crítico da categoria população, que pode ser vista como algo que não é abstrato, mas permeada de diferenças e contradições. Todavia, o que ocorre no livro didático é que o migrante não é tratado como categoria de mediação capaz de desvendar a relação campo-cidade, mas como uma pessoa atraída pelo "fascínio" da cidade grande, pelo desejo de um modo de vida caricaturado pela TV, eliminando-se ou ignorando-se os problemas do migrante diante de um lugar diverso. Na realidade o livro didático não tem contribuído para desfazer o preconceito segundo o qual as mazelas da cidade se devem à presença do migrante, fato este que vem mascarando as contradições da sociedade capitalista em constante processo de desenvolvimento e de suas crises, sejam elas econômicas e/ou políticas.

Como causas do êxodo rural os livros didáticos não citam apenas causas naturais como as secas nordestinas, mas também concentração fundiária, mecanização da agricultura, Estatuto do Trabalhador. Vejamos um exemplo:

"Como a propriedade da terra está concentrada em poucas mãos e os cultivos estão mecanizados, é difícil para os tra-

balhadores rurais manter suas famílias durante o ano todo. Assim, eles se deslocam para as cidades e ali permanecem temporária ou definitivamente." (Alves, livro 2, pg. 51)

O fascínio que a cidade grande exerce sobre o (pressuposto) ingênuo homem do campo também é citado como causa do êxodo rural:

"As metrópoles exercem um verdadeiro fascínio sobre os homens do campo, que acreditam lá encontrar condições favoráveis de vida, sobretudo escolas para seus filhos e atendimento médico-hospitalar." (Vesentini, livro 2, pg. 52)

A divulgação do modo de vida urbano através dos meios de comunicação de massa, em especial a TV, é outro motivo abordado:

"A atração que as cidades e seu modo de vida exercem sobre as populações rurais, levado principalmente pelas redes de televisão do país." (Rocha, livro 2, pg. 37)

Trabalhando com alunos de 1º e 2º graus o que percebemos no que se refere ao migrante é que se por um lado compreendem e aceitam a migração devido à concentração fundiária ou à mecanização da agricultura, por outro lado não a aceitam quando o migrante vem para a cidade, em primeiro lugar, e de acordo com os textos acima, porque ele é ingênuo e se deixa iludir pelos meios de comunicação, em segundo lugar, pelas consequências desta migração, também apontadas pelos livros didáticos: o aumento do número de bóias-frias na periferia, aumento do número de favelados, a falta de infra-estrutura e serviços urbanos e o desemprego:

"Concentração de população nas regiões urbanas, provocada pelo êxodo rural. Este fato leva a um excesso de oferta de mão-de-obra nas cidades, o que causa um decréscimo no nível médio de renda da população, aumentando o desemprego e o número de favelados. A qualidade de vida para boa parte da população torna-se, assim, precária." (Antunes, livro 2, pg. 37)

O êxodo rural descontrolado do campo para a cidade provoca uma desorganização na estrutura urbana." (Marcio, volume 4, pg. 130)

O textos acima transformam as pessoas que migram para as cidades em responsáveis não só pela sua própria condição de pobreza, mas por todos denominados "problemas urbanos"



Foto: Pedrao

gerando/aprofundando preconceitos. Questões políticas e econômicas a respeito do planejamento e administração das cidades não são colocados em xeque, aponta-se as consequências da migração para a metrópole como um "problema social" onde não existe a questão política.

São poucos os exemplos nos livros didáticos de geografia, como no caso abaixo, que parecem entender a mão-de-obra migrante e questionam o governo a respeito da falta de infraestrutura para esta população, embora deixe a impressão de que o problema das contradições de classe se resolvem apenas em nível de Estado:

"O grande afluxo de trabalhadores, particularmente do nordeste, em direção aos sudetes, forneceu mão-de-obra abundante e barata para as indústrias. O governo que tanto estimula o desenvolvimento industrial, criando infra-estrutura de transportes e energia, não acompanhou a crescente demanda por habitação, saneamento básico e educação que o êxodo rural e a urbanização exigiam. As favelas cresceram nas cidades." (Gonçalves, volume 2, pg. 118)

Para a maioria dos livros didáticos o migrante é uma "fonte de problemas para as cidades", sua importância enquanto mão-de-obra barata, exército industrial de reserva ou mercado consumidor não são abordadas. Todavia, o capitalismo precisava, como ainda precisa do migrante, "dos adultos ocupados, entre março e janeiro de 86, na Grande São Paulo, aproximadamente 62,3% eram migrantes. Formou-se, então nas cidades, o grande exército excedente de mão-de-obra barata à disposição do capital.

As condições em que essa mão-de-obra vai sobreviver e se reproduzir na cidade não interessam ao capital. É um problema que cabe à cidade e à sociedade como um todo (...). O objetivo é fazer crer que toda a crise social urbana, consubstanciada nas péssimas condições de vida a que está condenada a classe trabalhadora, nada tem a ver com o sistema de produção, que utiliza e remunera tão injustamente tal classe."(1)

Um outro ponto que nos chama atenção na forma pela qual os livros didáticos abordam a migração é a ênfase na migração nordestina. Em alguns casos a migração só é abordada no capítulo que se refere à região nordeste, como se a problemática da migração fosse exclusiva aos nordestinos:

"À medida que a população migrante nordestina se oferece dentro da região como mão-de-obra excedente, nas indústrias, no comércio e nos serviços, faz baixar os níveis de salários, uma vez que a oferta de empregados

passa a ser maior que o número de empregos". (Alves, livro 2, pg. 52)

Embora a migração nordestina para o centro-sul seja de fato bastante expressiva, isto não significa que sejam os nordestinos os únicos a desembarcar na estação rodoviária de São Paulo, nem que sejam os nordestinos os únicos a formar a massa de desempregados na metrópole paulista. O exemplo acima é um clichê que muitos de nossos alunos trazem para a escola e que passa a ser reforçado pelo livro didático.

As migrações além de não serem abordadas em sua essência pelos livros didáticos são vistas só no seu lado negativo e não como oportunidade de "construção" de algo novo na vida dos migrantes, representando uma importante transformação social. Mas é estranho se notar que a migração campo-cidade é vista em seus aspectos negativos apenas nos países do Terceiro Mundo, no caso abaixo o autor escreve a respeito das migrações na Europa Ocidental:

"As atividades agrícolas nos países industriais tornaram-se cada vez mais modernizadas, com o emprego de novas técnicas e novos meios de produção. Geralmente, a modernização do campo provoca diminuição da oferta de empregos, pois as máquinas não exigem muitos trabalhadores para operá-las. Consequentemente, muitos deles precisam mudar-se para as cidades, em busca de emprego."

Geralmente, os antigos agricultores obtêm emprego nas cidades, onde passam a residir. Com isso, as cidades crescem e a população urbana aumenta." (Moreira, livro 4, pg. 43)

Por vezes em um pequeno trecho o livro expressa não apenas preconceitos em relação ao migrante, como se ele fosse causador do desemprego, da insegurança e da miséria na cidade, como também veicula noções equivocadas como se a problemática do subdesenvolvimento fosse uma simples questão de opção:

"A maior concentração da pobreza está nas áreas rurais e os movimentos migratórios transferem esta pobreza para as cidades, onde aumentam os índices de desemprego, insegurança e miséria."

Muitos países subdesenvolvidos, que deveriam buscar as soluções para seus problemas nas atividades agrícolas, fazem opção pela industrialização." (Marcio, livro 4, pg. 104)

Neste texto verificamos que o autor não faz menção às relações de dominação-subordinação existentes na base da sociedade capitalista que se expressa na distribuição de renda e no acesso ao solo urbano.

O que podemos perceber junto aos alunos com os quais trabalhamos é que o preconceito, explícito ou não, dos livros didáticos não tem

contribuído para levar os alunos a superar preconceitos e uma posição de repúdio em relação aos migrantes.

Como se sentem alunos migrantes ou filhos de migrantes diante destas noções veiculadas pelos livros didáticos? Discriminados, com certeza, e muitos até passam a negar sua identidade. As experiências que o aluno tem podem/devem ser resgatadas pelo professor como possibilidade concreta para desencadear um processo de conhecimento se não quisermos manter nossos alunos calados, passivos, engolindo as informações que o livro didático despeja sobre eles e lhes é exigido de volta nas provas. O conteúdo a ser trabalhado na sala de aula deve ser um elemento mediador entre a realidade do aluno e o conhecimento sistematizado, faz-se necessário confrontar o conteúdo do livro didático com a vida dos alunos para não desencadear/accentuar o que nos relata Sposito: *"Na verdade, precebe-se hoje que os migrantes aprenderam em suas estratégias de sobrevivência, por contingência, a separar os 'saberes' e a ter expectativas diversas em torno de cada um. Espera-se que o 'saber da escola' instrumentalize para a profissão, para o trabalho e dê 'diploma'. Já o saber da vida e da luta social é diferente, ele o insere na história e mostra que existe a possibilidade da transformação"*. (2)

*** Denise Rockenbach é Professora da rede estadual e pós-graduanda da FFLCH/USP.**

NOTAS

(1) Fechio, Fermio - Migração e Violência: quem tem medo da asa branca? - In *Travessia-Revista do Migrante* n.2 - CEM, São Paulo, set/dez 1988, pp.22-23.

(2) Sposito, Marília Pontes - O Migrante e a Educação: o sonho nutre a luta - In *Travessia-Revista do Migrante* n.2 - CEM, São Paulo, set/dez 1988, pg.20.

LIVROS DIDÁTICOS ANALISADOS - 1º GRAU

- *Geografia Crítica* - José William Vesentini e Vânia Vlach, Ed. Ática, São Paulo, 1991

- *Geografia Hoje* - Carlos Walter Porto Gonçalves e Jorge Luiz Barbosa, Ed. ao Livro Técnico, Rio de Janeiro, 1988

- *Espaço em Construção* - Luci Imaculada de Oliveira Alves, Rosângela Miranda de Carvalho e Idária Esteves Lasmar, Ed. Lê, Belo Horizonte, 1990

- *Geografia e Participação* - Celso Antunes, Ed. Scipione, São Paulo, 1991

- *Estudando Geografia* - David Marcio, Ed. Lê, Belo Horizonte, s/d

- *Geografia Nova* - Igor Moreira, Ed. Ática, São Paulo, 1988

- *O Brasil e as Desigualdades Regionais* - José Carlos Rodrigues Rocha, Ed. do Brasil, São Paulo, 1987

AS INVENÇÕES DE MIGRANTES

Eduardo M. Ribeiro*

I

Nos últimos anos, cresceu a quantidade de pesquisas sobre os lavradores do Jequitinhonha que viajam para trabalhar algum tempo em outras regiões.⁽¹⁾

O assunto recebe um tratamento muito parecido em quase todos os trabalhos, independente do pesquisador. De acordo com a maioria dos autores, as viagens anuais de lavradores começaram a partir da década de 70 com a implantação dos reflorestamentos nas áreas pobres e

planas das chapadas. Dizem eles que estas terras eram de uso livre para os lavradores que moram nas grotas (as terras perto dos rios, mais férteis). Com a grilagem feita pelas reflorestadoras, acabou a possibilidade dos camponeses continuarem retirando da chapada os frutos, a madeira e a lenha - que complementavam de forma importante sua economia -, e criou o mercado de terras na região.

Pressionados pela escassez de terras, de recursos naturais, queda da produção e da renda, só restou aos lavradores das grotas a ida para São Paulo como alternativa de sobrevivência. O terreno da família, de acordo com a maioria dos autores, vira um pouso onde o lavrador fica a parte do ano que não está em São Paulo. Diversos autores comparam estes lavradores a andorinhas, que passam verão e inverno em lugares diferentes.

O resultado destas mudanças tão constantes tem sido dissolver ou enfraquecer os laços da cultura, da lavoura, da família, da religião. A pobreza dos lavradores fica cada vez mais acentuada: viajando, descuidam do sítio, e são novamente forçados a viajar. A migração, como resposta às dificuldades, torna-se um destino. Os autores tratam assim deste tema, com muito pouca variação. ⁽²⁾

O objetivo deste texto é discutir esse destino tão fatal. Parte de uma área bem delimitada e analisa a terra e a produção. Deixando de tratar os camponeses por aquilo que eles são em alguns momentos - trabalhadores em São Paulo, como em outros momentos são garimpeiros, diaristas, grevistas, filhos, pais, avós - procura entender o significado e a circunstância da viagem para São Paulo na sua vida.

II

A maioria dos estudos sobre os migrantes do Jequitinhonha deixa de lado algumas relações muito importantes para compreendê-los como camponeses; não costumam levar em conta a sua lógica e buscam explicações em razões que estão fora dela. Os estudos constróem oposições: reflorestamento/migração; empobrecimento da terra/migração; migração/aculturamento. Estes dilemas simples mais ocultam que revelam sobre o que existe de particular na vida dos lavradores. Mesmo quan-



Foto: Maria Cristina S. Costa

do os estudos são feitos para apoiar as lutas camponesas, costumam negar suas características particulares, sua história, seu movimento, sua continuidade e sua identidade.

Acredito que os principais problemas das análises são os seguintes:

- A generalização: O tema da migração é posto para toda a região do Jequitinhonha, sem diferença, como se fosse um movimento único, geral e obrigatório. Ao proceder dessa forma, deixam de levar em conta as características particulares de cada área (área de reflorestamento, café ou criação; terras concentradas ou mais divididas; de ocupação antiga ou recente, etc.). Características especiais de região, podem representar estratégias diversas por parte dos lavradores. E aí, mesmo a migração - fenômeno tão invariável - pode ter sentidos completamente diferentes.

- A história: A maioria dos autores inaugura as migrações da região nos anos 70: é a chegada do eucalipto que desencadeia as viagens para o Sul. Também, é o reflorestamento que atíça a curiosidade dos pesquisadores e faz com que eles busquem relações entre eucaliptal e migração. Mas, desde pelo menos a última década do século XIX (1890), são frequentes as viagens de lavradores do Vale para colher safras em outros lugares. De acordo com Lanna (1989), a substituição dos escravos no café da Zona da Mata mineira foi possível porque as colheitas passaram a ser feitas por trabalhadores temporários saídos do Jequitinhonha. O jornal "O Serro", entre 1890 e 1895, fez campanha contra as viagens dos lavradores para a colheita na Mata: deixavam os fazendeiros da região, de abril a setembro, sem diaristas. Ferreira (1934) descreve a participação ativa - e temporária - dos trabalhadores do Jequitinhonha para colher café e derrubar matas no Vale do Mucury, nas décadas de 1920 e 1930. A tradição oral do Jequitinhonha fala dos "cacaieiros", trabalhadores que iam e voltavam para o trabalho na Mata ou no Mucury, levando um saco ("cacaí") nas costas. A pesquisa que fizemos revelou que os agricultores daquela área participaram de trabalho temporário em quase todas as frentes agrícolas de trabalho do Centro-Sul do Brasil nos últimos 50 anos: Paraná (1950-60); Mucury (1930-60); Sul de Goiás (1960-70); Mato Grosso (1950-70), na construção civil (1970) e corte de cana em São Paulo (1980-90), depois de esgotadas as frentes. E regressaram, e criaram família, e plantam conforme aprenderam. Quando os autores começam a história pelo eucaliptal, estão usando um marco que é deles, autores. O reflorestamento tem um profundo impacto na região, mas não parece ser o causador das viagens a São Paulo.

- O movimento: A atitude de quem analisa o trabalho do lavrador que vai para São Paulo, tomando como referência a expansão do capitalismo ou do eucalipto, em geral retira do lavrador qualquer possibilidade de ação. Nega sua capacidade de iniciativa: ele apenas reage, responde a uma ação de fora; é objeto imóvel nas mãos de um destino inimigo. Os autores não vêem condições de haver movimento do pessoal da grota; não existe possibilidade destas pessoas serem concebidas como cidadãos, pois a análise já é, desde a origem, negadora da sua capacidade de influir em seu próprio destino.

- A ruptura: O lá e cá da vida dos lavradores são vistos como compartimentos separados, duas vidas diferentes. A vida é resumida a um ano - um determinado tipo de ano - que se repete sempre. O pesquisador constrói um lavrador de personalidade dividida, e por isto conclui que sua comunidade, seu mundo, sua lavoura também se desfazem. Mas, o que explica a remontagem anual da família e da produção? Qual mágica sustenta o calendário de festas, mantém a lavoura da grota e continua a produzir camponeses?

- A identidade: Em todos os textos e para todos os agentes, o lavrador do Jequitinhonha é migrante. Para ele próprio, trabalhador, este nome é estranho: ele nunca o adota. O nome procura definir um sujeito, mas define apenas uma situação. É nome que dá idéia de constância, de continuidade. Mas se é verdade que as viagens para São Paulo acontecem todo ano, os sujeitos que fazem estas viagens são sempre os mesmos? Se a viagem é uma experiência na vida de todos os lavradores do Jequitinhonha, ela é duradoura na vida de todos eles?

Foi propondo essas questões em nossa pesquisa de campo que chegamos a respostas inteiramente diferentes daquelas que vimos atrás. Naturalmente, elas têm validade apenas para a área pesquisada. Mas deixam muitas dúvidas sobre as análises da região.

III

A área que estudamos é formada por chapadas, agora cobertas por eucaliptos, e grotas, acupadas em sua maior parte por unidades de produção familiares.

Os lavradores dizem que o lugar lá é quase todo "fraco de fazendeiro", ou seja, existem poucas fazendas. A grande maioria das famílias produz mantimentos e algum gado, dos baixos das terras de cultura até os altos nos carrascos, lugares onde é possível plantio e criação. A chapada é incompatível com este sistema de produção, porque não possui ferti-

lidade natural. No tempo da seca, aqueles que têm mais recursos, fazem farinha, goma, rapadura ou cachaça. E todos, quase sem distinção, garimpam nos rios, ou nos córregos da margem esquerda do Jequitinhonha.

As famílias são grandes e quase todas moram em suas próprias terras. Os agregados são raros.

A posse da terra é muito pulverizada ali na beira do Jequitinhonha. As poucas fazendas que existem nesta parte usam mais trabalho que capital: trabalho do meeiros, terceiros ou diaristas, geralmente para produzir também mantimentos, cachaça, farinha ou rapadura. Elas se sustentam mais pelas relações que estabelecem com seus parceiros mais "fracos" que pela posse de capital. Quando desaparecem essas relações, a fazenda também se desagrega.

No lado do rio Itacambirucu os terrenos são maiores e o povoamento é mais ralo. Mas a produção não é diferente. Nem as fazendas: são poucas e tocadas no mesmo sistema.

Comum às duas margens e aos dois rios é a situação da posse. A formalização da propriedade é sempre precária. São manuscritos de partilha, guias de arrecadação do INCRA, títulos de propriedade de 2 alqueires "comandando" 50, e assim por diante.

Na beira do rio Jequitinhonha a terra foi herdada. E repartindo sempre entre muitos herdeiros antigos, a fonte de documentação original se perdeu, se é que chegou realmente a existir algum dia. No entanto, dentro das comunidades, o direito de controle sobre os terrenos herdados ou comprados é incontestável.

Na beira do rio Itacambirucu a terra foi ocupada em anos recentes, e a documentação não só é discutível, como é discutida. São disputas sem termos, porque a base de todo direito é a mesma posse, e termina por valer a força do braço, da faca ou da bala: coisas impensáveis na beira do Jequitinhonha, onde toda posse é estável, ratificada, consensual.

Nos dois rios a terra é passada e recebida em herança, mas não é para todos os filhos. Principalmente, não é para as filhas. Mulher não herda a terra: ou se casa com alguém que é herdeiro, ou vai embora do lugar, procurar casamento ou serviço fora. E aqui aparece a nossa primeira migrante.

Se a mulher não se casa com um proprietário, fica sem terra, porque a herança paterna quase sempre vai para os irmãos. Mesmo em alguns casos, onde a moça é filha única, seu direito costuma ser posseado pelos tios, que suprimem também os direitos de viúva em caso de morte do pai e marido.

Os filhos herdam. Mas, na beira do

Jequitinhonha, não são todos. São apenas aqueles que têm "jeito para a lavoura" ou que "não deram certo" em outros lugares. Na terra herdada, o lavrador vai montando seu terreno até constituir uma propriedade completa, com roça, pastagens, reserva de floresta e um direito de "solta" de gado nas chapadas ou nas grotas mais esconsas, que ainda são de todos.

É a luta de uma vida. A terra é escassa, porque as culturas são poucas, e fora das culturas não é possível plantar. As chapadas só servem para as "soltas" de gado. Adquirir terra de cultura bastante para botar lavouras suficientes para sustentar a família pode levar muitos anos.

Montar um terreno é um serviço demorado: formar o pomar, a casa, adquirir as aguadas que precisa. Contam para isto com o trabalho dos muitos filhos que vieram e virão, o serviço barato dos filhos. Da infância à adolescência eles acrescentam ao patrimônio da família, e já é um caminho para ir resolvendo de quem será a terra no futuro, ou entre quantos será dividida a terra que a família acumula. Além do número de filhos, influi nisso tudo a organização do trabalho, os bons negócios, as boas lavouras, o tamanho da criação.

Mas a base de tudo é a lavoura, roça de mantimento tocada por todos da família que dão conta de aguentar a enxada. Os lavradores plantam cana, mandioca, milho, muitos tipos de carirús, feijão de arranque, andú, feijão de corda, fava.

Para manter a lavoura produzindo sempre, e bem, a família precisa fazer rotação da terra: deixar a área de lavoura "descansando" por alguns anos. A brotação do mato repõe a fertilidade natural pela decomposição de folhas e galhos, como uma adubação, só que verde. E elimina as "miunças", as ervas rasteiras que concorrem com os mantimentos e dificultam sua limpeza quando rendem mais. Por isto, cada família precisa de um terreno de cultura várias vezes maior que sua área de lavoura. Quanto mais longo puder ser o período de descanso da terra, tanto melhor será a sua produção. É a forma de conseguir o melhor e mais equilibrado rendimento da terra, com o menor custo de desgaste. Alguns autores consideram esse sistema atrasado e antieconômico.

Quanto maior a terra de cultura, mais longo é o período de rotação, mais estável a produção e o sustento da família. Menor área de terra significa uma rotação mais curta, menor conservação do solo e reposição de fertilidade: apuro certo para o lavrador. Quem não dispõe de terreno para fazer rotação, é obrigado a consegui-lo fora, nas terras de vizinhos, fazendo meia ou terça (parceria com a cessão da metade ou de terça parte da produção para o

dono da terra). Ai, de fato, aparece um problemão: como as terras de culturas são escassas na região, as condições de parceria não são favoráveis ao cultivador. No caso mais comum - a terça - um terço do produto é convertido em renda da terra.

Naturalmente, todos procuram escapar da parceria. Mas, nem sempre é possível. Por isto, nas terras de grotas, quase sem preço de mercado, existe a cobrança de uma renda que não encontra paralelo em quase nenhum lugar do Brasil. Esta situação é explicada pelo sistema da rotação e repartição das terras.

IV

Das margens do Jequitinhonha todo ano saem centenas de trabalhadores para cortar cana nas usinas em São Paulo. Mas não são todos os homens que vão. Saem apenas os rapazes e os recém casados. Antes de casar, nenhum agricultor deixou de ir a São Paulo (ou ao Paraná, ou a Goiás, ou Mato Grosso, dependendo da idade). Depois de formada a família, dificilmente qualquer lavrador vai mais que duas, ou no máximo, três vezes trabalhar fora. Nossa pesquisa mostrou que não existe um migrante qualquer, que se movimenta em reação à ocupação das chapadas pelas reflorestadoras. Não existe, neste caso, nenhuma relação causal entre reflorestamento nas chapadas e as viagens para São Paulo. Existem várias orientações para a viagem, motivadas por razões diferentes, com interesses desiguais para cada um.

Trabalhos que paguem bem o dia quase não existem na área: são mínimas as atividades remuneradas na época da seca. Tirante farinha, goma, rapadura e cachaça - de mercados difíceis e com preços "na bacia das almas", renda incerta demais - as alternativas fora do terreno são muito poucas e mal pagas. Alguma carvoeira, limpa de terrenos, outro serviço miúdo.

Na beira do Jequitinhonha, onde quase todo lavrador tem sua terra, o pai de família criada raramente sai. Existem apenas referências vagas a alguns que poderiam ir, ou que, em casos excepcionais, certamente iriam trabalhar em São Paulo. A família, no seu terreno ou com terra na terça, tendo muitos filhos, tem um estoque de mão-de-obra à disposição suficiente para produzir alimento com fartura, e até para gerar alguma sobra.

Já os rapazes, aí pelo final da adolescência, começam a ir para São Paulo. Vão conhecer o mundo e escolher, se vão de vez, se voltam para casa e ficam no terreno da família. Têm todo o final da adolescência e começo da idade adulta

para resolver o que querem fazer.

Quando retornam de São Paulo, dificilmente trabalham direto no terreno da família. Em geral, "ajudam" em algumas tarefas, mas não sempre, nem o tempo todo. Os pais dizem que o verdadeiro trabalho dos filhos é na cana, em São Paulo. A casa da família é um descanso, um passeio e, até alguma "ajuda". Quem é solteiro e vai para as usinas, é lá que trabalha encarrilhado; no Jequitinhonha, diz o povo, faz "lua de mel". Portanto, dificilmente podemos dizer que estes rapazes têm ocupação "lá e cá", ou que sua viagem desfaz a lavoura da família.

Ao final de um período, no começo da idade adulta, a solução de uma série de tramas leva o rapaz a uma decisão. As tramas da terra, da herança, do casamento, do assalariamento, da família, vão sendo resolvidas pelo tempo e circunstâncias. Daí, vem a decisão: ir para a cana ou ficar no Jequitinhonha.

Quem decide ir, vai de vez, alguma hora. Esses aparecem nas conversas de forma modificada: - "meus filhos estão espalhados..." - "os filhos mais velhos foram de muda para São Paulo". Esses, deixam de ir e vir, deixam de ser camponeses. Como eles não fazem mais o trânsito anual - adquirem casa, vão com suas mulheres - escapam ao rótulo de "migrantes" e das pesquisas. Dentro da classificação universitária e sindical passam a fazer parte de outra categoria, o trabalhador volante, pertencente a outro departamento. Mas eles são o resultado da população camponesa que "sobra", que não pode ficar na terra. É o terreno que não pode mais ser repartido e a escolha complicada da família por um ou dois filhos para herdar que criam o diarista avulso que fica em São Paulo. Ainda é e será sempre herdeiro formal do terreno. Mas todo mundo sabe que é um herdeiro impossível: é um fazendeiro-donar. É só porque produzem diaristas para São Paulo que essas comunidades podem continuar produzindo lavradores.

O filho, ou os poucos filhos que permanecem no Jequitinhonha, quando se casam, recebem um terreno e um nada de capital. Em geral, não pouparam o ganho das viagens de solteiro, tudo é consumo suntuário: moto, armas, som. Nos dois ou três primeiros anos de casados ainda vão para o corte de cana, fazer dinheiro para montar seu terreno. Buscam recurso para comprar um gado, construir uma farinha, botar diarista para fazer uma roça mais vantajada, comprar um lotezinho de terra para acrescentar ao que está herdando. Vai para São Paulo fazer o patrimônio da nova família e para poder ficar pelo menos enquanto for possível - e quase sempre é possível - sem sair de perto de casa.

Depois do casamento as viagens cessam:

viram lembranças e bens materiais. Depois os filhos vão crescendo, e entra mais mão-de-obra. Quando podem compram mais um terreno: uma cessão de herança, um direito de parente.

Os pais de família, na seca, trabalham a dia na região, garimpam, fazem um carvão para os outros. Mas na beira da casa, na distância de um grito, no limite da família. Estes, os que ficam, herdaram a terra com todas as suas responsabilidades e direitos. Pode até ser mais que um filho numa família, quando o terreno permite. Mas o percurso e a lógica são os mesmos.

Mas, por que os lavradores da beira do Itacambirucú - ali muito pertinho, com quase a mesma natureza, sistema de produção e herança - vão pouco para São Paulo? Em parte porque o garimpo lá é bom, rende bastante. Mas é sobretudo porque lá a terra é farta, porque ainda é possível apropriar do terreno de cultura livre, abrir posse e sustentar família sem precisar trabalhar fora. É também porque as posses já abertas, há uma ou duas gerações de lavradores, são enormes e podem ser repartidas entre muitos filhos, que poderão fazer sua rotação de lavoura com sossego.

O tamanho e a situação das posses no Itacambirucú explicam a grande população masculina jovem na região, mesmo numa situação onde o salário-dia chega a ser 2/3 do preço vigente na beira do Jequitinhonha. Posses não pode sair de cima da terra: seu direito é construído com a presença física. Pelo contrário, na beira do Jequitinhonha, o direito sobre a terra é consentido, comunitário, hereditário e exato, mesmo não sendo legal.

V

Osso estudo mostrou a enorme força das relações dos lavradores com a terra, o peso das regras da herança e da exclusão, a vitalidade e equilíbrio dos sistemas de produção (que uma série de autores não se acanha em classificar de "primitivos" e "irracionais"), o jogo complicado de relações dentro da família. Creio que as causas absolutas - o eucaliptal, a "entrada do capitalismo" - devem ser, no mínimo, relativizadas. Pelo menos para a área que pesquisamos. Não existe uma causa única para explicar as viagens para São Paulo, mas uma combinação de tramas, que não tem um eucaliptal no centro.

Isso não quer dizer que a ocupação das chapadas, a grilagem oficializada ocorrida na década de 70, deixa de ter sentido para explicar a situação do povo da grotta. Ela tem. Só, que precisa ser bem avaliada, despida de sua carga

simbólica, posta à luz do funcionamento da unidade camponesa, que é, afinal, o nosso sujeito. Não se pode pensar que o lavrador apenas responde às ações externas. Pelo contrário: lavradores criam sobre elas, mostram a vitalidade e energia de quem tem direito de ser cidadão. A literatura bem que poderia admitir isto.

A terra atrai e expulsa. Os lavradores vão a São Paulo em momentos bem definidos, por razões bem precisas e em idades muito determinadas. Vamos encontrar as raízes das viagens na própria terra; uns vão para deixar de ser lavradores; outros, para se perpetuarem como camponeses. No uso, na distribuição e nas condições de produção existentes no terreno, estão as raízes da saída e da ficada. E de saídas temporárias, para ficar, para sempre.

Uma questão que ainda merece ser discutida é a que diz respeito à idéia de "ruptura" dessas comunidades. Não vimos evidências que as viagens dos rapazes ou recém-casados provoquem fraturas nessas comunidades. Viajar, conhecer outros mundos, faz parte da vida das pessoas. Em quase todas as comunidades, muitos dos contadores da história coletiva, lideranças dos grupos e das famílias, pessoas ouvidas e acatadas, são lavradores, como todos ou outros, que já viveram períodos andejos intensos, com experiência em muitas frentes de trabalho. Viajar, trabalhar, escolher o destino possível, não destrói o tecido deste mundo. Pelo contrário, fortalece sua tessitura, dá vitalidade às comunidades, que estão em troca permanente com todo o mundo e que não é só troca de trabalho por dinheiro, como alguns chegam a pensar.

A reflexão pastoral e sindical sobre os trabalhadores migrantes deve levar todas essas questões em conta. De qual trabalhador estamos falando? Quem é ele? Onde sua caminhada se junta àquela do agente e do sindicalista? Às vezes, podemos lidar com uma situação e não encontrar um lavrador, ou tratar como lavrador aquele que já escolheu não ser.

No fundo de tudo está a boa e velha questão da Reforma Agrária, tão necessária a estes como a outros trabalhadores.

Não podemos conceber estes lavradores como objetos nas mãos de um destino. Sendo assim, jamais poderemos crer que

eles possam caminhar por seus próprios pés. Colocando o lavrador como uma presença exótica no plano dos outros - do Estado, da Grande Empresa, da Reflorestadora, destas Maiúsculas absolutas e maquiavélicas - nunca poderemos vê-lo como um sujeito de sua própria causa. Sua ação será considerada sempre apenas reativa. Por este prisma, visto como objeto nas ações dos outros, o lavrador em questão sempre será tido como merecedor de tutela ou piedade. Nunca digno de cidadania.

* Eduardo M. Ribeiro é Economista, Mestre e Doutorando em História, do Dpto. de Economia da PUC/MG e Assessor da CPT.

NOTAS

(1) Este trabalho é um dos resultados de uma pesquisa que realizei junto com o pessoal do CAMPO-Vale, em 1992, nas beiras do rio Itacambirucú e Jequitinhonha, nos municípios de Minas Novas, Turmalina, Berilo, Cristália, Botumirim e Grão-Mogol, no Estado de Minas Gerais.

(2) Sobre este tema consultar Martins (1986); Silva (1988); Silva (s.d.); Silva (s.d.); Medeiros Silva (1990); Rios Neto e Vieira (1990); SPM, entre outros.

TRABALHOS CITADOS

- FERREIRA, Godofredo (1934). "Bandeirantes Modernos". Teófilo Otoni, S.E.
- LANNA, Ana Lúcia D. (1989). "A Transformação do Trabalho". 2a. Ed., Campinas; Ed. Unicamp.
- MARTINS, José de Souza (1986). "Não há terra para plantar neste verão". Petrópolis; Vozes.
- MEDEIROS SILVA, Napoleão (1990). "Vale do Jequitinhonha: incorporação e transformações estruturais". In: Nabuco, M. Regina (org.) "Contradições do Desenvolvimento Agrícola em Minas Gerais". B.H.; CEDEPLAR/UFMG.
- RIOS NETO, Eduardo e VIEIRA, Paula M.R.D. (1990). "Mulheres de Migrantes Sazonais no Vale do Jequitinhonha-MG". In: Nabuco, M. Regina (org.) "Contradições do Desenvolvimento Agrícola em Minas Gerais". B.H.; CEDEPLAR/UFMG.
- SILVA, Ma. Aparecida (s.d.). "As mulheres de grotas e veredas". In: SPM, S.L., mimeog.
- SILVA, Ma. Aparecida (1988). "Como expulsar o camponês do proletário". S.L., mimeog.
- SILVA, Ma. Aparecida (s.d.). "Quando as andorinhas são forçadas a voar". S.L., mimeog.
- SPM (s.d.). "Migrantes Temporários: Peregrinos da Resistência". S.L., mimeog.



Foto: Pedrão

SEJA UM COLABORADOR

Travessia está aberta à publicação de artigos de pesquisadores e estudiosos que analisam a realidade em que o migrante está envolvido, a partir dos diferentes ramos do conhecimento; social, antropológico, educacional, etc...

A revista destina-se, fundamentalmente, a um público intermediário; quer ser uma ponte entre a produção acadêmica e a produção popular. Se for do seu interesse, envie artigos para a redação, obedecendo aos seguintes quesitos:

Os artigos devem enquadrar-se, na medida do possível, dentro do tema geral de cada número, previamente anunciados;

Clareza de linguagem e simplificação dos conceitos;

Os artigos devem ser inéditos;

Máximo de 10 laudas de 20 linhas com 70 toques;

Breve identificação do autor e endereço com telefone para eventuais contatos;

Obedecer aos prazos para o envio das matérias, conforme estipulado ao lado

PRÓXIMOS LANÇAMENTOS

TRAVESSIA Nº18
NOVAS
TECNOLOGIAS
(JAN-ABR/94)

Prazo para
envio dos
artigos:
(10/09/93)

TRAVESSIA Nº19
IDENTIDADES
(MAI-AGO/94)

Prazo para
envio dos
artigos:
(10/01/94)

TRAVESSIA Nº 20
SAÚDE
(SET-DEZ/94)

Prazo para
envio dos
artigos:
(10/05/94)

"Rejeição e utilização produtiva: entre estes dois extremos parece oscilar, dos anos 30 até o presente, nossa atitude frente aos migrantes. Dilema ainda longe de ser resolvido; cabe perguntar se algum dia o será, nos quadros de uma sociedade marcada pelo conflito entre espacialização e desespacialização de homens, "livres" para se deslocarem em busca do trabalho que pode ser tanto negado quanto oferecido em condições degradantes."



"Rejeição e utilização produtiva: entre estes dois extremos parece oscilar, dos anos 30 até o presente, nossa atitude frente aos migrantes. Dilema ainda longe de ser resolvido; cabe perguntar se algum dia o será, nos quadros de uma sociedade marcada pelo conflito entre espacialização e desespacialização de homens, "livres" para se deslocarem em busca do trabalho que pode ser tanto negado quanto oferecido em condições degradantes."

TRAVESSIA

revista do migrante

Publicação do CEM - Ano VI, número 17, setembro / dezembro 93



ISSN 0103-5576

IMAGENS